



TERMO DE FOMENTO Nº 1271 00 18 06 /2017

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE  
SI CELEBRAM O ESTADO DE  
MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO  
DA SECRETARIA DE ESTADO DE  
CULTURA - SEC E A FUNDAÇÃO  
GRAÇA DE DEUS DE MINAS  
GERAIS – FUNGRAÇA PARA OS  
FINS QUE ESPECIFICA.

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**, com sede na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/Minas Gerais, neste ato representada por seu titular Angelo Oswaldo de Araujo Santos, brasileiro, portador da CI nº M 195.169 – SSP/MG e do CPF nº 055.593.596-53, residente e domiciliado em Ouro Preto/Minas Gerais, doravante denominada **SEC**, e a **FUNDAÇÃO GRAÇA DE DEUS DE MINAS GERAIS – FUNGRAÇA**, organização da sociedade civil, doravante denominado **OSC**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, CNPJ nº 00.982.879/0001-14, com sede na Rua São Paulo, nº 638, Conjunto 1230, Bairro Centro, Belo Horizonte/Minas Gerais, neste ato representado na forma de seu estatuto por seu Presidente, Jose Guilherme de Mello Alves, brasileiro, portador da CI nº M-245508405– SSP/MG e do CPF nº 180.928.878-96, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, doravante denominada **OSC**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento no disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e do Decreto Estadual nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **TERMO DE FOMENTO** tem por objeto a estruturação da Fundação Graça de Deus de Minas Gerais por meio da aquisição de livros didáticos, moveis, equipamentos, instrumentos musicais, gêneros alimentícios, materiais de consumo, vestuário e contratação de profissionais qualificados para oferecimento de oficinas de caráter musical e reforma da sede, conforme especificado no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os parceiros obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente **TERMO DE FOMENTO**, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os parceiros.

**Parágrafo Único** - O Plano de Trabalho da parceria poderá ser revisto, mediante termo aditivo ou certidão de apostilamento, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente.

Juliana Schmidt Fagundes  
Procuradora do Estado  
Assessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 109360-3

Lara Soares Casasanta Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste **TERMO DE FOMENTO** e os previstos na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e suas alterações:

#### I - Da OSC

- a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas pactuadas, a legislação pertinente e o Plano de Trabalho deste TERMO DE FOMENTO aprovado pela Secretaria de Estado de Cultura, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observando o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- b) Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- c) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este TERMO DE FOMENTO na conta bancária específica de que trata a Cláusula Sexta inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- d) Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- e) Executar o Plano de Trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- f) Prestar contas à **SEC**, após o encerramento da vigência do **TERMO DE FOMENTO**, sobre o cumprimento do objeto da parceria, o alcance das metas e dos resultados pactuados e da boa e regular aplicação dos recursos, nos termos do capítulo IV da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e da Cláusula Décima Segunda;
- g) Responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do Plano de Trabalho, observando-se o disposto no inciso VI do art. 11, inciso I do caput e §3º do art. 46 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e demais obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **SEC** a inadimplência da **OSC** em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) Permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho Estadual de Política Cultural, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA – e servidores do Sistema de Controle Interno da **SEC**, da Controladoria-Geral do Estado e do

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Procuradora Jurídica-Chefe da SEC/Min  
CNPJ: 00.027 - MASP: 1093601

*Lara Soares Casaganta Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8





Tribunal de Contas do Estado, a todos os processos, documentos e informações relativos à execução do objeto do **TERMO DE FOMENTO**, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

- i) Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste **TERMO DE FOMENTO** em conformidade com o objeto pactuado;
- j) Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste **TERMO DE FOMENTO**, restituir por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE – os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, conforme art. 52 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- k) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este **TERMO DE FOMENTO**, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- l) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades e cumprimento do objeto deste instrumento;
- m) Manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33, 34 e 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- n) Comunicar a **SEC** suas alterações estatutárias e de dirigentes, após o registro em cartório;
- o) Divulgar na internet, quando tiver página própria, e em locais visíveis da sede social da **OSC**, todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- p) Submeter previamente à **SEC** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- q) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- r) Providenciar licenças e aprovações de projetos emitidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, nos termos da legislação aplicável.
- s) Quando os custos indiretos forem pagos também por outras fontes, a OSC deve apresentar a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela dos custos indiretos.

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Procuradora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
303/MG: 80.027 - MASP: 10936306

*Soares Casaganta Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



- t) Manter o correio eletrônico, os telefones de contato e o endereço da OSC e de seu representante legal atualizados no CAGEC,
- u) Apresentar ao CAGEC alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver;
- v) Informar ao órgão ou entidade estadual parcerias eventuais alterações dos membros da equipe de contato da OSC da parceria.
- w) Não divulgar os dados a que tenha acesso em virtude da parceria ou repassá-los a terceiros, ainda que após o término da vigência do ajuste, salvo com autorização expressa e formal do órgão ou entidade parceira ou em virtude de legislação específica que determine a sua divulgação;
- x) Não remunerar, a qualquer título, com os recursos da parceria:
  - I. Membro de Poder;
  - II. Servidor ou empregado público, inclusive o que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da administração pública direta e indireta dos entes federados, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
  - III. Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de servidor ou empregado público do órgão ou entidade estadual parceiro, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
  - IV. Pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou o patrimônio público e eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores pelo prazo de dez anos a contar da condenação.

## II – DA SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA – SEC

- a) Promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, realizando o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos;
- b) Prorrogar de “ofício” a vigência do TERMO DE FOMENTO, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- c) Monitorar e avaliar a execução do objeto deste TERMO DE FOMENTO, por meio de diligências e visitas técnicas in loco, quando necessário;
- d) Comunicar à OSC quando identificadas quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo quarenta e cinco dias para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

*Juliana Schmidt Fagundes*

Juliana Schmidt Fagundes  
Procuradora do Estado  
Prossora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
UA5J/MG: 80.027 - MASP: 109360

Lara Soares Casaganta Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8





- e) Receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do **TERMO DE FOMENTO**, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- f) Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos do inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- g) Designar o gestor do **TERMO DE FOMENTO**, observado o inciso VI do art. 2º e o art. 61 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- h) Retomar os bens públicos em poder da **OSC** na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- i) Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Secretaria de Estado de Cultura assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei Federal nº 13.019, de 2014; Publicar, na Imprensa Oficial do Estado, extrato do **TERMO DE FOMENTO**;
- j) Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo Plano de Trabalho, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- k) Exercer atividade de controle e fiscalização sobre a execução do **TERMO DE FOMENTO**, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- l) Informar à **OSC** os atos normativos e orientações da **SEC** que interessem à execução do presente **TERMO DE FOMENTO**;
- m) Analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente **TERMO DE FOMENTO**, observado o Capítulo VI da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- n) Proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e Decreto Estadual nº 46.830, de 16 de setembro de 2015;
- o) Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, aplicar as penalidades previstas na legislação, quando for o caso, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Procuradora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

*Carla Soares Casagrande Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



p) Caso haja indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública ou de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações podem ser estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da OSC, conforme art. 50 da Lei 10.406/2002 (Código Civil), representar junto ao Ministério Público e à Advocacia-Geral do Estado, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da **OSC** e o sequestro dos bens de seus dirigentes e de agente público ou terceiro que possa haver enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução das atividades previstas neste **TERMO DE FOMENTO** serão disponibilizados recursos no valor total de R\$ 1.079.493,23 (um milhão, setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte e três centavos), a ser repassado à **OSC** em parcela única, de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho aprovado, e guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto.

As despesas para a implementação do Programa de Trabalho estabelecido neste **TERMO DE FOMENTO** ocorrerão à conta do orçamento vigente, na dotação orçamentária:

Valor (R\$)	Dotação Orçamentária / Fonte
R\$ 1.079.493,23	1271.13.392.140.4364.0001.4450.4101.1.10.8

**Parágrafo Primeiro** – Os recursos repassados pela **SEC** à **OSC** na conta bancária específica do **TERMO DE FOMENTO**, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, e em Certificados de Depósito Interbancário – CDI –, quando sua utilização estiver prevista para prazos inferiores a um mês.

**Parágrafo Segundo** – Os recursos transferidos e seus rendimentos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado, vedada a sua aplicação em finalidade diversa, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

**Parágrafo Terceiro** - Os recursos do **TERMO DE FOMENTO** geridos pela **OSC** estão vinculados ao Plano de Trabalho aprovado e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

**Parágrafo Quarto** - Quaisquer despesas, inclusive com consultorias ou assessorias externas, não previstas inicialmente no Plano de Trabalho aprovado devem estar relacionadas ao objeto do **TERMO DE FOMENTO** e ser aprovadas prévia e formalmente pela SEC.

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Promotora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
UnB/MG: 86.027 - MASP: 1093600-3

*Lara Soares Casagrande Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8





## CLÁUSULA QUINTA- DA CONTA BANCÁRIA E SUAS MOVIMENTAÇÕES

Os recursos recebidos em decorrência do presente **TERMO DE FOMENTO** serão depositados na conta corrente exclusiva de nº 5649-1, Agência 84-1 (Belo Horizonte), Banco do Brasil (001) isenta de tarifa bancária, e liberados em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso.

**Parágrafo Primeiro** - Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do **TERMO DE FOMENTO** e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da **OSC** e anuência prévia da **SEC**, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

**Parágrafo Segundo** – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do **TERMO DE FOMENTO**, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos por meio de Documento de Arrecadação Estadual no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de tomada de contas especial.

**Parágrafo Terceiro** – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

- a) Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores, prestadores de serviços e trabalhadores.

## CLÁUSULA SEXTA- DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**Parágrafo Primeiro** - É vedado à **OSC**, sob pena de rescisão do ajuste:

- a) utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
- b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.
- c) contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da **SEC**, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica;
- d) pagar despesa em data anterior à publicação do **TERMO DE FOMENTO**;

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Assessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 89.027 - MASP: 1893600-3

*Lara Soares Casasanta Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



e) pagar despesa em data posterior ao término da execução do **TERMO DE FOMENTO** quando o fato gerador da despesa não tenha ocorrido durante sua vigência.

**Parágrafo Segundo** - Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no Plano de Trabalho, as despesas relacionadas à execução da parceria nos termos do art. 46 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

**Parágrafo Terceiro** - A **OSC** adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela **SEC**.

**Parágrafo Quarto** - A **OSC** deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

**Parágrafo Quinto** - Para fins de comprovação das despesas, a **OSC** deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10(dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela **SEC** por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular do **TERMO DE FOMENTO**.

**Parágrafo Primeiro** – O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação do presente Termo de Fomento e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade da apresentação de Prestação de Contas devida pela **OSC**.

**Parágrafo Segundo** - As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de o gestor solicitar à **OSC** a apresentação do extrato da conta bancária para consulta às movimentações da conta bancária específica do **TERMO DE FOMENTO**, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

**Parágrafo Terceiro** - A **SEC** designará a Sra. Mara Mattos, Masp – 1.428.349-3, que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução com visitas **in loco**.

**Parágrafo Quarto** - A **SEC** poderá realizar visita técnica **in loco** para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto do **TERMO DE FOMENTO** e do alcance das metas, hipótese em que

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Professora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
UA-21/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

*Lara Soares Casagrande Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8





a **OSC** poderá ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita.

**Parágrafo Quinto** - Sempre que houver visita técnica **in loco**, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica **in loco**, que será enviado à **OSC** para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da **SEC**.

**Parágrafo Sexto** - A visita técnica **in loco** não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela **SEC**, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado.

#### CLÁUSULA OITAVA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

A **OSC** está obrigada a prestar contas finais da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência da parceria, conforme estabelecido nas cláusulas constantes do presente instrumento, e em observância do disposto nos art. 63 a 72 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

**Parágrafo Primeiro** – A prestação de contas apresentada pela **OSC** deverá conter elementos que permitam a **SEC** avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

**Parágrafo Segundo** - Para fins de prestação de contas final, a **OSC** deverá apresentar **relatório final de execução do objeto**, que conterá, no mínimo, as seguintes informações e documentos:

- I - a demonstração do alcance das metas;
- II - a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;
- V - informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- VI - informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local, entre outros;
- VII - informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;
- VIII - justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso;
- IX - o comprovante de transferência de recursos correspondente à reserva para pagamento das verbas rescisórias para outra conta em nome da **OSC**; e
- X - comprovante de pagamento do DAE demonstrando a devolução dos saldos financeiros remanescentes.

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Assessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

*Lara Soares Casasanta Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-6



**Parágrafo Terceiro** - Quando a **OSC** não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, a **SEC** exigirá a apresentação de **relatório de execução financeira**, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação que deverá conter:

- I - a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- II - o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- III - o extrato da conta bancária específica;
- IV - a memória de cálculo do rateio das despesas, incluindo custos indiretos e despesas com pessoal, quando for o caso;
- V - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- VI - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

**Parágrafo Quarto** - A análise do **relatório de execução financeira**, quando exigido, será feita pela **SEC** e contemplará:

- I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;
- II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

**Parágrafo Quinto** - A análise da prestação de contas final pela **SEC** será formalizada por meio de **parecer técnico conclusivo**, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

- I - o relatório final de execução do objeto;
- II - relatório de visita técnica **in loco**, quando houver; e
- III - relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

**Parágrafo Sexto** - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no Plano de Trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

**Parágrafo Sétimo** - Na hipótese de a análise de que trata o **parágrafo nono** concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no Plano de Trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a **OSC** para que apresente **relatório final de execução financeira**.

**Parágrafo Oitavo** - O **parecer técnico conclusivo** da prestação de contas final embasará a decisão do ordenador de despesas e poderá concluir pela:

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Procuradora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 90.027 - MASP: 1093690-3

Lara Soares Caspary Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8





I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas do Termo de Fomento;

II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

**Parágrafo Nono** - A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria.

**Parágrafo Décimo** - O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - O prazo de análise da prestação de contas final pela administração pública estadual será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado pelo ordenador de despesas justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

**Parágrafo Décimo Segundo** - O transcurso do prazo definido no **parágrafo décimo primeiro**, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - Se o transcurso do prazo definido no **parágrafo décimo primeiro**, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da SEC, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela SEC, sem prejuízo da atualização monetária.

#### CLÁUSULA NONA – DA DIVULGAÇÃO

Em qualquer ação promocional relacionada ao presente **TERMO DE FOMENTO** serão, obrigatoriamente, seguidas as orientações contidas no Manual de Identificação Visual do Governo do Estado de Minas Gerais.

**Parágrafo Primeiro** – É vedada à OSC a realização de qualquer ação promocional relativa ao objeto deste **TERMO DE FOMENTO** sem o consentimento prévio e formal da SEC. Caso a OSC

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Assessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093660-3

*Lara Soares Casasanta Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



realize ação promocional sem a aprovação da **SEC**, o valor gasto deverá ser restituído à conta do Termo e o material produzido deverá ser recolhido.

**Parágrafo Segundo** – A divulgação de resultados técnicos, bem como todo e qualquer ato promocional relacionado ao desenvolvimento ou inovação tecnológica e/ou metodológica, decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do presente **TERMO DE FOMENTO** deverá apresentar a marca do Governo do Estado de Minas Gerais citando a **SEC**, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal da **SEC**.

**Parágrafo Terceiro** – A **SEC** deverá assegurar que em qualquer peça gráfica ou divulgação em meio audiovisual relativas ao **TERMO DE FOMENTO**, a política pública em execução ou seus resultados, o Governo do Estado de Minas Gerais conste como realizador.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

Este presente **TERMO DE FOMENTO** terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, computando-se, neste prazo, o previsto para execução do objeto da parceria.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS ALTERAÇÕES

Este **TERMO DE FOMENTO** poderá ser modificado em qualquer de suas Cláusulas e condições, inclusive Plano de Trabalho, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo ou certidão de apostilamento, de comum acordo entre os parceiros, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por uma das partes, por escrito.

**Parágrafo Primeiro** – A vigência do **TERMO DE FOMENTO** pode ser prorrogada, para cumprir plano de trabalho, mediante termo aditivo, por solicitação da **OSC** ou da **SEC**, devidamente fundamentada, e apresentada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do prazo de execução do presente **TERMO DE FOMENTO**.

**Parágrafo Segundo** – A **SEC** prorrogará “de ofício” a vigência deste **TERMO DE FOMENTO**, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado.

**Parágrafo Terceiro** - Havendo adimplemento do objeto, a **SEC** poderá prorrogar a vigência do **TERMO DE FOMENTO** mediante Termo Aditivo, para ampliação do objeto com saldos financeiros residuais, nos casos de rendimentos financeiros ou economia na execução, mediante alteração do Plano de Trabalho e análise jurídica prévia, nos termos do parágrafo único do art. 51 e art. 57 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

*Juliana Schmidt Pagundes*  
Procuradora do Estado  
Periciosa Jurídica-Chefe da SECJMG  
OAB/MG: 80.027 • MASP: 1093500-3

*Lara Soares Casaganta Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contratos  
MASP: 1365641





## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente **TERMO DE FOMENTO** poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

**Parágrafo Primeiro** - Os recursos a serem restituídos na forma do *caput* incluem:

- I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado; e
- II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada, inclusive em prestação de contas, ou à prestação de contas não apresentada;

**Parágrafo Segundo** - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

**Parágrafo Terceiro** - Os débitos a serem restituídos pela **OSC** observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, calculada no sítio [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br), acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS BENS REMANESCENTES E DO DIREITO AUTORAL

Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Fomento, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos serão de propriedade da **OSC**, não sendo permitida sua utilização em qualquer outra ação que não esteja dentro do escopo do objeto pactuado.

**Parágrafo Primeiro** - Para os fins deste ajuste, considera-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

**Parágrafo Segundo** - Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a **OSC**, observados os seguintes procedimentos:

- I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

  
Juliana Schmidt Fagundes  
Procuradora do Estado  
Prossora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

  
Lara Soares Casasanta Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

**Parágrafo Terceiro** - Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

**Parágrafo Quarto** - O Estado de Minas Gerais será considerado coautor do programa, projeto ou atividade objeto da parceria, para fins de definição dos direitos autorais, de imagem e da propriedade, inclusive intelectual.

**Parágrafo Quinto** - As obras, interpretações ou execuções, fonogramas e emissões de radiodifusão produzidos com recursos do **TERMO DE FOMENTO** serão objeto de licença não exclusiva a **SEC** para utilização por quaisquer modalidades, tais como a reprodução, distribuição, comunicação ao público, tradução, inclusão em fonograma ou produção audiovisual, adaptação, inclusão em bases de dados, armazenamento em computador, utilização na internet, pelo prazo de duração dos direitos patrimoniais, em território nacional ou no exterior, cabendo à **OSC** submeter aos destinatários finais termo de licenciamento que inclua cláusula nesses termos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019, de 2014, a **SEC** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **OSC** parceira as seguintes sanções:

- I- advertência;
- II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos e
- III- declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II do art. 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

**Parágrafo Primeiro** - As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade

  
Juliana Schmidt Fagundes  
Procuradora do Estado  
Acessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

  
Lara Soares Casagrande Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8





**Parágrafo Segundo** - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

**Parágrafo Terceiro** - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

**Parágrafo Quarto** - A SEC determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a OSC não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado;

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a OSC não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada, ou não providencie o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato na Imprensa Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela SEC no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir qualquer questão decorrente deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte – MG, renunciando os parceiros a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

  
Juliana Schmidt Fagundes  
Procuradora do Estado  
Acessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

  
Lara Soares Casagrande Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-5

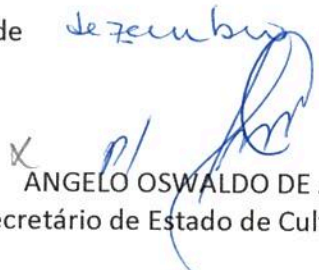


**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS



E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente **TERMO DE FOMENTO** em duas vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2017.

  
ANGELO OSWALDO DE ARAUJO SANTOS  
Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais

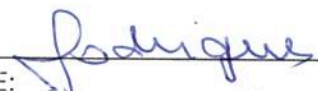
João Batista Miguel  
Secretário de Estado Adjunto de Cultura  
Masp. 1339079-4

  
JOSE GUILHERME DE MELLO ALVES  
Presidente da Fundação Graça de Deus de Minas Gerais - FUNGRAÇA

TESTEMUNHAS:

  
Túlio César Cunha e Conceição  
Gestor de Cultura  
MASP: 1436812-0

NOME: Lara Soares Casasanta Latorre  
ENDEREÇO: Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
CPF Nº.: MASP: 1365641-8

  
NOME: Rodrigo Lelis Rodrigues  
ENDEREÇO: Coordenador dos Pontos de Cultura  
CPF Nº.: MASP: 1313683-3

  
Juliana Schmidt Fagundes  
Procuradora do Estado  
Assessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

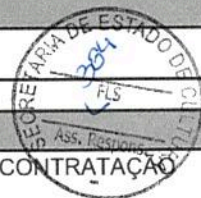
Lara Soares Casasanta Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



**CONVÊNIO/PARceria**

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017

**TÍTULO DO CONVÊNIO/PARceria**

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, REFORMA DA SEDE, IMPLANTAÇÃO DE CURSO DE MUSICA E RADIO E TV, CONTRATAÇÃO DE MOD E SERVIÇO PRESTADO.

**I - IDENTIFICAÇÃO DO CONCEDENTE/ÓRGÃO OU ENTIDADE ESTADUAL PARCEIRO**

Razão social: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

CNPJ: 19.138.890/0001-20

Endereço: Rodovia Papa Joao Paulo II 4001

Bairro: Serra Verde

Cidade: Belo Horizonte

UF: MG

CEP: 31.630-901

Telefone: (31)3915-2700

E-mail do Setor de Convênio/Parceria: secretariasgabinete@cultura.mg.gov.br

**DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo: Angelo Oswaldo de Araujo Santos

CPF: 055.593.596-53

Cl/Órgao Exp.: M 195 169 SSP/MG/

Cargo: Secretario

Endereço residencial: Largo Frei Vicente Botelho 31 cs

Bairro: Barra

Cidade: Ouro Preto

UF: MG

CEP: 35.400-000

Telefone do setor de convênios: (31) 3915-2700

E-mail setor de convênios: angelo.oswaldo@cultura.mg.gov.br

**II - IDENTIFICAÇÃO DO CONVENIENTE/OSC PARCEIRA****DADOS DO CONVENIENTE/OSC PARCEIRA**

Razão social: FUNDACAO GRACA DE DEUS DE MINAS GERAIS FUNGRACA

CNPJ: 00.982.879/0001-14

Endereço: RUA SÃO PAULO, 638 CONJUNTO 1230

Bairro: CENTRO

Cidade: BELO HORIZONTE

UF: MG

CEP: 30.170-130

Telefone/ FAX: (31) 3213-4220

E-mail institucional: vborges\_iigd@hotmail.com

Data de Criação do Conveniente/ OSC Parceira: 29/11/1995

**DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo: JOSE GUILHERME DE MELLO ALVES

CPF: 180.928.878-96

Órgao Exp.: 245508405/SSP

Cargo: Diretor

Data de Vencimento do Mandato: 02/01/2018

Endereço residencial: AVENIDA DOS ANDRADES, 1005

Bairro: CENTRO

Cidade: BELO HORIZONTE

UF: MG

CEP: 30.120-010

Telefone pessoal: (31) 3213-4220

E-mail pessoal: estefania.sagomes@hotmail.com

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Periciosa Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 89.027 - MASP: 1093600-3

*Lara Soares Casasanta Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



# CONVÊNIO/PARCERIA

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017

## IV - CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

1 - Tipo de Instrumento: TERMO DE FOMENTO

1.1 - Chamamento Público? NÃO

1.1.1 - Número/Ano do Edital: -

2 - Repasse de Natureza Especial? NÃO

2.1 - Natureza Especial: -

2.2 - Fundamentação legal para a natureza especial do repasse: -

3 - Origem dos recursos: Concedente/Órgão ou Entidade Estadual Parceiro - Emenda Parlamentar

3.1 - Selecionar Parlamentar:

3.2 - Contrapartida:

### 4 - TIPO DE ATENDIMENTO

### 5 - VALOR

Gênero	Categoria	Especificação	Concedente	Emenda	Interveniente	Contrapartida
AQUISIÇÃO DE BENS	Permanente	Equipamentos, Informática e Instrumentos Musicais	R\$ 0,00	R\$ 49.296,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00
AQUISIÇÃO DE BENS	Consumo	Bens Não Duráveis	R\$ 0,00	R\$ 768.199,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
REFORMA OU OBRA	Reforma	Centro Cultural	R\$ 0,00	R\$ 228.941,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SERVIÇOS	Apoio	Projetos Culturais de Interesse Público	R\$ 0,00	R\$ 33.055,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00

### 6 - Descrição DETALHADA do objeto:

A Fundação FUNGRAÇA foi constituída em 28 de novembro de 1995, em Belo Horizonte com um do intuito de ajudar na área social para atingir a população carente. A nossa sede foi adquirida em 04 de fevereiro de 1997, aonde realizamos curso de informática com a parceria de Associação Educacional e Assistencial Graça de Deus-Pro-graça para jovens e adultos para a integração ao mundo digital. Também realizamos uma parceria com a AGRAD com a finalidade teológica. Para adequar as nossas salas para o curso de Música, teremos que reformar a nossa sede com o objetivo de ter uma boa acústica para não perturbar a vizinhança e darmos um conforto aos alunos e professores. Este projeto consiste na criação de um programa de aprendizado na Área Musical, com o intuito de qualificar jovens e adultos de comunidades carentes, tais Pedreira Prado Lopes, Aglomerado da Serra, Vila Nossa Senhora da Conceição (antiga Favela Cabeça de Porco), Vila Nossa Sra de Fátima (antiga Favela do Pau Comeu) e Vila Senhor dos Passos (antiga Favela Buraco Quente) na área metropolitana de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Este programa tem por base a utilização de uma abordagem didático-pedagógica envolvendo aulas presenciais, com apoio de um material didático, com professores qualificados na Área Musical. Nosso objetivo é oferecer um aprendizado musical, pois preencheria um espaço existente na formação do indivíduo, que terá contato com a cultura musical de uma sociedade. Através da música vai propiciar uma integração e desenvolvendo um espírito de equipe e com isto, aperfeiçoando a memorização e a concentração, buscando também a auto-estima e desta maneira, tornando-se um indivíduo mais feliz e mais responsável com o seu meio. E oferecer no âmbito social, a oportunidade de até buscarem na música uma profissão, podendo representar uma possibilidade de ascensão social e uma melhoria em sua vida. Este projeto subdivide-se em Cinco CURSOS: CORDAS: Violão, Violino e Cavaco; SOPRO: Flauta Doce, Flauta Transversal e Trompete; PERCURSÃO: Bateria; TECLADOS: Teclados e Canto. Este projeto consiste na criação de um programa de especialização profissionalizante na Área de Televisão e Rádio, com o intuito de qualificar jovens e adultos de comunidades carentes, tais Pedreira Prado Lopes, Aglomerado da Serra, Vila Nossa Senhora da Conceição (antiga Favela Cabeça de Porco), Vila Nossa Sra de Fátima (antiga Favela do Pau Comeu) e Vila Senhor dos Passos (antiga Favela Buraco Quente) na área metropolitana de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Este programa tem por base a utilização de uma abordagem didático-pedagógica envolvendo aulas presenciais, com apoio de um material didático (apostilas digitais), com professores qualificados nas Áreas de TV e Rádio. Estes cursos destinam-se para quem quer trabalhar com broadcast e/ou Radiodifusão, mercado em crescimento no Brasil. Estes alunos estarão aptos a trabalhar em empresas Televisivas e ou em Rádios, porém também existe outro mercado, que está apontando um crescimento que são as mídias digitais, pode ser um campo a ser explorado positivamente nos próximos anos. Hoje, com a lei de incentivo à produção nacional nas emissoras de TV por assinatura, que exige uma cota mínima de programas nacionais na grade da TV paga, cria uma demanda para especializar profissionais, conforme relatado pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), ? ... o número de títulos nacionais para a TV paga passou de 1.059 para 3.662 produções entre 2012 e 2015...? . Também, existe um novo mercado junto à área de produtoras independentes, que produzem programas para as emissoras de TV e rádio. Os nossos alunos serão certificados com o DRT, que abrirá um leque de oportunidade neste meio de mercado. Para desenvolvermos estes cursos, será criado núcleo em Belo Horizonte, com a parceria do IATEC (Instituto de Artes e Técnicas de Comunicação, empresa capacitada em desenvolver os cursos nas áreas de Vídeo e Áudio e com encaminhamento para o Registro DRT. Sua equipe são de professores que atuam nestas áreas que darão aulas dinâmicas, com exercícios teóricos e práticos. Este projeto subdivide-se em dois CURSOS: Vídeo e Áudio. ? VÍDEO: Serão um conjunto de cursos compostos de 4 módulos: Técnica de Operação de Câmera I, Operação de Câmera II, Edição Digital em Final CUT e Streaming e Transmissão de Vídeos web. Nestes cursos, o aluno terá um amplo conhecimento do processo de construção de imagens em operação de câmera, tanto em um estúdio como em filmagens externas, proporcionando forma prática a produção de imagens destinadas à realização de produtos jornalísticos, comerciais, clipes, documentários e vídeos institucionais, um conhecimento ao Videomaker, ou seja, profissional que se dedica à atividade criativa, utilizando o vídeo. Além disto, terá noções de conserto, iluminação, fotografia, áudio, 3D, edição e produção de um programa audiovisual, fundamental para quem quer se dedicar ao mercado de trabalho. Ø ÁUDIO: Serão um conjunto de cursos

Juliana Schmidt Ragundes  
Procuradora do Estado  
Prossora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 19.027 - MASP: 1003500-3

Lara Soares Casasanta Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



# CONVÊNIO/PARceria

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017



compostos de: Áudio Fundamentos, Áudio Equipamentos e Aplicações, Técnica de Captação de Áudio para Televisão e Cinema e Áudio para TV e Cinema. Nestes cursos o aluno aprenderá as técnicas de captação de áudio para as transmissões no rádio e na TV, além da captação para produções cinematográficas. Saberá utilizar os microfones e gravadores corretos, de acordo com a necessidade da captação, utilizará técnicas de mixagem e sincronismo, os formatos de áudios mais utilizados, softwares e a interação entre áudio e o vídeo. Terá o conhecimento de microfonação, isto é, todo processo que capta um som com a finalidade de amplificá-lo ou gravá-lo, é um dos fundamentos em uma produção radiofônica ou audiovisual. Aprenderá como utilizar os microfones corretos de acordo com a necessidade. Abordará as técnicas de sonorização na pós-produção e sonoplastia.

## 6.1 - Endereço da obra ou local do evento, de prestação do serviço ou de entrega do bem (dependendo do objeto):

Rua/Avenida/ Rodovia/Beco/Travessa:	Número/KM:	Bairro/Distrito:	CEP	Município:	Referência:
RUA SAO PAULO	638	CENTRO	30.170-130	BELO HORIZONTE	próximo a loja A RAINHA

## 7 - Justificativa FUNDAMENTADA, objetivos e finalidade do convênio de saída/parceria:

A música ajuda no estímulo à criatividade e também na possibilidade de expressar nossos diversos sentimentos por meio dos sons. Ao mesmo tempo em que as pessoas procuram música como uma profissão, outras procuram para se distrair; pois expressa os seus sentimentos através dos sons, relaxando o corpo e alma. Muitos aprendem a música como terapia, pois sabem e podem perceber o quanto ela lhes traz paz e levando-os a lembrar dos bons momentos, dos momentos de comunhão, dos momentos felizes vividos em família. A música ajuda a sentir aquela sensação de realização; a cada música executada por nossos dedos, mãos, sopro ou canto, desencadeia no executante, uma sensação de ânimo total. Aciona o nosso raciocínio de uma forma mais confortável e não estressante, de uma maneira que passamos a desenvolver as atividades e compromissos cheios de esperanças e com segurança de que vamos realizar nossos ideais. A música é reconhecida por muitos pesquisadores como uma espécie de modalidade que desenvolve a mente humana, promove o equilíbrio, proporcionando um estado agradável de bem-estar, facilitando a concentração e o desenvolvimento do raciocínio. A Fundação ao perceber que a taxa de desemprego no Brasil vem crescendo, de acordo com a G1(fonte): "...O desemprego ficou em 12,6% no trimestre encerrado em agosto, segundo dados da Pnad Contínua, divulgados nesta sexta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No período, o Brasil tinha 13,1 milhões de desempregados, uma queda de 4,8% em relação ao trimestre terminado em maio. Assim como no período anterior, a melhora na ocupação ainda é puxada pela informalidade e pelas contratações no setor público, de acordo com o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo. Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, porém, houve aumento de 9,1%. Ou seja, segundo o IBGE, em agosto deste ano o Brasil tinha 1,1 milhão de desempregados a mais que no mesmo período do ano passado...? ...De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego em Belo Horizonte, entre julho e setembro de 2016, foi de 11,5%. No país, atualmente, são mais de 12 milhões de pessoas sem emprego, destes 168 mil na capital mineira...? A região metropolitana de Belo Horizonte está sendo atingida por este desemprego e com a população vem crescendo, segundo a estimativa do IBGE para 2017, é de 2.523.794 habitantes, figurando a terceira maior aglomeração urbana do Brasil, sendo assim, a Fundação preocupada com esses jovens e ou adultos das comunidades carentes da área metropolitana, pensou num projeto para qualificar estes alunos nas áreas de Tv e Rádio. Aproveitando que existe uma Lei de incentivo a produção de programas nacionais, vem de encontro com a necessidade de ter mais profissionais nestas áreas, por este motivo a Fundação desejou proporcionar um curso de um alto nível para qualificar estes alunos que terão um certificado reconhecido e poderão através dele conseguir o DRT, sendo assim, ter um diferencial no mercado de trabalho e uma maior chance de buscar estas vagas que iram ou até já existe neste mercado. Estes cursos serão administrado em parceria com a IATEC(Instituto de Artes e Técnicas de Comunicação), reconhecida no mercado na área de comunicação, em conjunto decidimos ministrar dois programas completos de qualificação, dando a estes jovens ter um treinamento adequado e com possibilidade de abraçar uma carreira no mundo da TV e Rádio, fora outros mixo de mercado, tais como Cinema e Produtora independente. Ofereceremos dois programas: Vídeo e Áudio.

## 8 - Pessoas beneficiadas diretamente

8.1 - Descrição: População 8.2 - Quantidade: 489

9 - Proposta de vigência (dias corridos): 365

## 10 - Conta específica

10.1 - Banco:	10.2 - Agência bancária:	10.3 - Conta bancária:	10.4 - Praça bancária:
104	84-1	5649-1	BELO HORIZONTE

## 10.4.1 - Justificativa de escolha de praça bancária diferente do município do conveniente/OSC parceira (se for o caso):

CONTROLE INTERNO

## 11 - Equipe executora do convênio de saída/parceria:

FUNÇÃO: RESPONSÁVEL PELA DOCUMENTAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DOS TERMOS ADITIVOS

10.1 - NOME	10.2 - REGISTRO PROFISSIONAL	10.3 - TELEFONE	10.4 - E-MAIL
JOSE GUILHERME DE MELLO ALVES	24550840 SSP SP	(31) 3213-3322	querensferreira@hotmail.com

FUNÇÃO: RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Juliana Schmidt Fagundes  
Procuradora do Estado  
Assessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

*Lara Soares Casasanta Latorre*  
Lara Soares Casasanta Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



**CONVÊNIO/PARCERIA**

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017

**11 - Equipe executora do convênio de saída/parceria:**

10.1 - NOME	10.2 - REGISTRO PROFISSIONAL	10.3 - TELEFONE	10.4 - E-MAIL
GLEISIANE MARTINS DE SOUZA	18411732	(31) 3213-3322	querensferreira@hotmail.com

**FUNÇÃO:** RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO

10.1 - NOME	10.2 - REGISTRO PROFISSIONAL	10.3 - TELEFONE	10.4 - E-MAIL
ANDERSON CARLOS FERREIRA CESARIO	18022649 SSM MG	(31) 3213-3322	querensferreira@hotmail.com

**12 - Obrigações do interveniente (se houver):****13 - Atuação em Rede:** NÃO**14 - Parâmetros de indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas:**

A aferição dos resultados se dará por meio da verificação do Relatório de Monitoramento de Metas a ser entregue pela OSC ao longo da execução e do Relatório de Execução do Objeto, enviado ao final da parceria, com descrição pormenorizada das atividades realizadas e dos benefícios alcançados.

**V - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO****1 META:** Estrutura da Entidade**1.1 AQUISIÇÃO DE BENS - Consumo - Bens Não Duráveis****Duração  
(Dias Corridos)****ETAPA**

1.1.1 - Pesquisa de Mercado: Coleta de Orçamentos

30

1.1.2 - Aquisição dos Bens de Consumo Não Duráveis

365

1.1.3 - Aplicação na Entidade para Melhoria do Atendimento ao Público

365

**1.2 REFORMA OU OBRA - Reforma - Centro Cultural****Duração  
(Dias Corridos)****ETAPA**

1.2.1 - Pesquisa de Mercado: Coleta de Orçamentos

30

1.2.2 - Contratação do Serviço Especializado

365

1.2.3 - Melhoria da Estrutura e Disponibilização ao Público

365

**1.3 AQUISIÇÃO DE BENS - Permanente - Equipamentos, Informática e****Duração  
(Dias Corridos)****ETAPA**

1.3.1 - Pesquisa de Mercado: Coleta de Orçamentos

30

1.3.2 - Aquisição de Bens Permanentes

365

1.3.3 - Disponibilização ao Público

365

**1.4 SERVIÇOS - Apoio - Projetos Culturais de Interesse Público****Duração  
(Dias Corridos)****ETAPA**

1.4.1 - Pesquisa de Mercado: Coleta de Orçamentos

30

1.4.2 - Contratação dos Serviços

365

*Juliana Schmidt*  
Juliana Schmidt Fagundes  
Procuradora do Estado  
Assessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

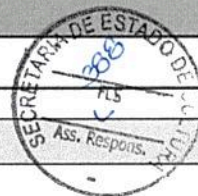
*Lara Soares Casagrande Latorre*  
Lara Soares Casagrande Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



# CONVÊNIO/PARCERIA

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017



## V - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Estrutura da Entidade

1.4.3 - Promoção de Oficinas e Atividades de Carater Cultural

365

### Forma de execução das atividades ou projetos e de cumprimento das metas atreladas:

Os itens adquiridos e as mão-de-obra contratadas serão realizados tendo em vista a pesquisa de mercado realizada no momento celebração levando em consideração o melhor preço e qualidade.

## VI - PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

### 1 - DEMONSTRATIVO DE RECURSO

ITEM	Descrição	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL	TIPO DESPESA	PGTO EM ESPÉCIE	ETAPAS VINCULADAS	EQUIPE DE TRABALHO
1	Reforma - Serviços Iniciais	un	1	R\$ 38.901,89	R\$ 38.901,89	Serviço	Não	1.2.2	Não
2	Reforma - Paredes e Paineis	un	1	R\$ 56.456,38	R\$ 56.456,38	Serviço	Não	1.2.2	Não
3	Reforma - Revestimento, Forro, Marcenaria e Pintura	un	1	R\$ 25.606,09	R\$ 25.606,09	Serviço	Não	1.2.2	Não
4	Reforma - Pavimentação	un	1	R\$ 25.840,76	R\$ 25.840,76	Serviço	Não	1.2.2	Não
5	Reforma - Instalação e Aparelhos	un	1	R\$ 78.936,74	R\$ 78.936,74	Serviço	Não	1.2.2	Não
6	Reforma - Limpeza e Paisagismo	un	1	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00	Serviço	Não	1.2.2	Não
7	Violino	un	8	R\$ 390,00	R\$ 3.120,00	Material	Não	1.3.2	Não
8	Cavaco	un	8	R\$ 285,00	R\$ 2.280,00	Material	Não	1.3.2	Não
9	Teclado	un	2	R\$ 999,00	R\$ 1.998,00	Material	Não	1.3.2	Não
10	Teclado MP12 BK	un	2	R\$ 690,00	R\$ 1.380,00	Material	Não	1.3.2	Não
11	Flauta Doce	un	15	R\$ 34,00	R\$ 510,00	Material	Não	1.3.2	Não
12	Flauta Transversal	un	15	R\$ 554,86	R\$ 8.322,90	Material	Não	1.3.2	Não
13	Bateria	un	1	R\$ 4.200,00	R\$ 4.200,00	Material	Não	1.3.2	Não
14	Trompete	un	7	R\$ 890,00	R\$ 6.230,00	Material	Não	1.3.2	Não
15	Baqueta para Piano	un	9	R\$ 189,00	R\$ 1.701,00	Material	Não	1.1.2	Não
16	Baqueta para Bateria	un	1	R\$ 160,26	R\$ 160,26	Material	Não	1.1.2	Não
17	Estante para Teclado	un	2	R\$ 72,00	R\$ 144,00	Material	Não	1.3.2	Não
18	Estante para Partitura	un	30	R\$ 34,00	R\$ 1.020,00	Material	Não	1.3.2	Não
19	Violão	mensal	8	R\$ 230,00	R\$ 1.840,00	Material	Não	1.3.2	Não
20	Neutralizador	mensal	12	R\$ 14,06	R\$ 168,72	Material	Não	1.1.2	Não
21	Copos de 100ml	mensal	12	R\$ 9,51	R\$ 114,12	Material	Não	1.1.2	Não
22	Copos de 50ml	mensal	12	R\$ 5,25	R\$ 63,00	Material	Não	1.1.2	Não

*Juliana Schmidt Pagundes*  
Procuradora do Estado  
Assessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

*Lara Soares Casagrande Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8

Página 5 de 17



# CONVÊNIO/PARCERIA

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017



## VI - PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

### 1 - DEMONSTRATIVO DE RECURSO

ITEM	Descrição	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL	TIPO DESPESA	PGTO EM ESPÉCIE	ETAPAS VINCULADAS	EQUIPE DE TRABALHO
23	Sabonete Líquido	mensal	12	R\$ 195,90	R\$ 2.350,80	Material	Não	1.1.2	Não
24	Papel Toalha	mensal	12	R\$ 129,30	R\$ 1.551,60	Material	Não	1.1.2	Não
25	Papel Higiênico	mensal	12	R\$ 44,73	R\$ 536,76	Material	Não	1.1.2	Não
26	Desifetante	mensal	12	R\$ 41,52	R\$ 498,24	Material	Não	1.1.2	Não
27	Lapis	mensal	12	R\$ 53,45	R\$ 641,40	Material	Não	1.1.2	Não
28	Apagador	mensal	12	R\$ 34,30	R\$ 411,60	Material	Não	1.1.2	Não
29	Caneta para Quadro Branco	mensal	12	R\$ 20,70	R\$ 248,40	Material	Não	1.1.2	Não
30	Papel A4	mensal	12	R\$ 78,00	R\$ 936,00	Material	Não	1.1.2	Não
31	Cartucho Preto	mensal	12	R\$ 147,00	R\$ 1.764,00	Material	Não	1.1.2	Não
32	Cartucho Colorido	mensal	12	R\$ 147,00	R\$ 1.764,00	Material	Não	1.1.2	Não
33	Caixa Caneta	mensal	12	R\$ 50,76	R\$ 609,12	Material	Não	1.1.2	Não
34	Encordamento Cavaco	un	50	R\$ 11,00	R\$ 550,00	Material	Não	1.1.2	Não
35	Encordamento Violino	un	17	R\$ 35,53	R\$ 604,01	Material	Não	1.1.2	Não
36	Caderno de Musica	un	286	R\$ 9,50	R\$ 2.717,00	Material	Não	1.1.2	Não
37	Apostila	un	286	R\$ 44,00	R\$ 12.584,00	Material	Não	1.1.2	Não
38	Encordamento Violao	un	50	R\$ 15,00	R\$ 750,00	Material	Não	1.1.2	Não
39	Mobiliário	un	1	R\$ 16.389,15	R\$ 16.389,15	Material	Não	1.3.2	Não
40	Equipe Administrativa	un	1	R\$ 168.624,00	R\$ 168.624,00	Serviço	Não	1.4.2	Não
41	Equipe Operacional	un	1	R\$ 308.834,00	R\$ 308.834,00	Serviço	Não	1.4.2	Não
42	Camisa Branca	un	600	R\$ 6,99	R\$ 4.194,00	Material	Não	1.1.2	Não
43	Lanche	un	11	R\$ 16.465,60	R\$ 181.121,60	Serviço	Não	1.4.2	Não
44	Passagem	un	11	R\$ 6.224,80	R\$ 68.472,80	Serviço	Não	1.4.2	Não
45	Internet	mensal	12	R\$ 1.050,00	R\$ 12.600,00	Serviço	Não	1.4.2	Não
46	Material de Divulgação	un	1	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00	Serviço	Não	1.4.2	Não
47	Aluguel	mensal	12	R\$ 1.547,00	R\$ 18.564,00	Serviço	Não	1.4.2	Não
48	Material Aplicado ao Curso	un	1	R\$ 8.282,89	R\$ 8.282,89	Serviço	Não	1.4.2	Não

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Assessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

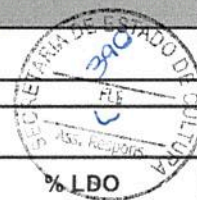
*Lara Soares Casasanta Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



**CONVÊNIO/PARCERIA**

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017

**2 - VALOR TOTAL DA PROPOSTA/CONTRAPARTIDA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% CONVÊNIO	% LDO
Concedente/Órgão ou Entidade Estadual Parceiro	R\$ 0,00	0,00	-
Parlamentar	R\$ 1.079.493,23	100,00	-
Interveniente	R\$ 0,00	0,00	-
Contrapartida	R\$ 0,00	0,00	0,00
Outras fontes	R\$ 0,00	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.079.493,23</b>	<b>100.0%</b>	<b>0%</b>

**VII - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS****CONCEDENTE/ÓRGÃO OU ENTIDADE ESTADUAL PARCEIRO**

Mês	Ano	Valor
Dezembro	2017	R\$ 1.079.493,23

**VIII - DECLARAÇÃO**

Na qualidade de representante legal do Conveniente/OSC Parceira, declaro, para fins de prova junto ao Concedente/Órgão ou Entidade Estadual Parceiro, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Estado de Minas Gerais que impeça a transferência de recursos de dotações consignadas no orçamento estadual.

Belo Horizonte / MG. 18/10/2017

Local

Data

\* José Guilherme de Mello Alves

Assinatura do Representante Legal do Conveniente

Carimbo de Identificação

**IX - RESERVADO AO CONCEDENTE**

PROGRAMA: FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA		PERIODICIDADE DO MONITORAMENTO: 6 EM 6 MESES
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	NAT. CONTINUADA
1271 13 392 140 4364 0001 4 4 50 41 01 1 10 8	R\$ 1.079.493,23	Não

Juliana Schmidt Fagundes  
Procuradora do Estado  
Acessora Jurídica - Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

Lara Soares Casasanta Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Conta  
MASP: 1365641-8

Página 7 de 17

## CONVÊNIO/PARCERIA

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017

### PARECER TÉCNICO



Setor Análise: Área Técnica  
Responsável: LARA SOARES CASASANTA LATORRE  
Data: 14/12/2017  
Status do Parecer: Favorável

#### Mérito da proposta:

Vimos submeter à avaliação e apreciação dessa Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer, Minuta do Termo, documentação, bem como a Proposta de Plano de Trabalho, visando aquisição de livros didáticos, moveis, equipamentos, instrumentos musicais, gêneros alimentícios, materiais de consumo, vestuário e contratação de profissionais qualificados para oferecimento de oficinas de caráter musical e reforma da sede.

#### Identidade e reciprocidade de interesse das partes na realização da Parceria:

Quanto ao parecer técnico, conforme estabelecido à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais pelo art. 27 da Lei Estadual nº 22.257/2016, a solicitação está relacionada ao incentivo, à valorização e à difusão das manifestações culturais da sociedade, dentre outras atividades correlatas, que visam ao fomento e à divulgação da cultura mineira em todas as suas expressões e sua diversidade regional, promovendo a circulação de bens culturais.

#### Viabilidade de execução:

A finalidade da Fundação Graça de Deus de Minas Gerais, descrita em seu Estatuto, está coerente com o objeto proposto e segundo declaração apresentada possui instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional suficientes e necessárias para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, o que viabiliza a execução do objeto proposto, conforme manifestação técnica anexa ao processo.

#### Análise do cronograma de desembolso:

Diante disso, esta diretoria se apresenta favorável ao repasse dos recursos destinados à execução das metas descritas no plano de trabalho, no valor de R\$1.079.493,23, conforme indicado no Cronograma de Desembolso especificado no Plano de Trabalho, uma vez que o valor é adequado à execução plena do objeto, tendo em vista a comprovação dos preços praticados no mercado por meio da apresentação dos orçamentos pela Entidade.

#### Meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da Parceria:

O acompanhamento da execução da parceria será realizado por meio de práticas de acompanhamento e verificação no local e apresentação pela OSC de Relatório de Monitoramento de Metas semestral.

#### Procedimentos para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:

A execução física e financeira será avaliada por meio do Relatório de Execução do Objeto a ser apresentado pela OSC parceria ao final da execução contendo descrição pormenorizada das atividades desenvolvidas, meios de pagamentos utilizados e benefícios alcançados.

#### Considerações referentes aos incisos II, V, VI e VII do § 7º do artigo 35 do Decreto Estadual Nº 47.132/2017:

Diante do exposto, esta Unidade Técnica considera viável a execução da parceria tendo em vista que o processo foi devidamente instruído com a documentação exigida pela Resolução nº 07 de 09/06/2017.

#### Designação do gestor da parceria:

Fica designado como gestor da parceria Mara Mattos, MASP: 1428349-3.

#### Designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria:

A comissão de monitoramento e avaliação da parceria será formada pelas servidoras: Carola Maria Marques de Castro, MASP: 1.436.028-3, Tatiana Nonato de Souza Leite, MASP: 1.330.256-7 e Aparecida Barbosa da Costa, MASP: 366.547-8.

  
Juliana Schmidt Fagundes  
Procuradora do Estado  
Assessoria Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 • MASP: 1003600-3





## CONVÊNIO/PARCERIA

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017



2017 2017  
Responsável pela Análise Técnica

Carimbo de identificação

14/12/2017

Data

Lara Soares Casasanta Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8

2017 2017  
Responsável pela Aprovação da Análise Técnica

Carimbo de identificação

14/12/2017

Data

Lara Soares Casasanta Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8

Schmidt  
Juliana Schmidt Fagundes  
Procuradora do Estado  
Assessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
GAR/MG: 80.027 - MASP: 1003600-3

## CONVÊNIO/PARCERIA

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017

### PARECER TÉCNICO

Setor Análise: Área Técnica  
Responsável: LARA SOARES CASASANTA LATORRE  
Data: 28/12/2017  
Status do Parecer: Favorável



#### Mérito da proposta:

Vimos submeter à avaliação e apreciação dessa Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer, Minuta do Termo, documentação, bem como a Proposta de Plano de Trabalho, visando aquisição de livros didáticos, moveis, equipamentos, instrumentos musicais, gêneros alimentícios, materiais de consumo, vestuário e contratação de profissionais qualificados para oferecimento de oficinas de caráter musical e reforma da sede.

#### Identidade e reciprocidade de interesse das partes na realização da Parceria:

Quanto ao parecer técnico, conforme estabelecido à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais pelo art. 27 da Lei Estadual nº 22.257/2016, a solicitação está relacionada ao incentivo, à valorização e à difusão das manifestações culturais da sociedade, dentre outras atividades correlatas, que visam ao fomento e à divulgação da cultura mineira em todas as suas expressões e sua diversidade regional, promovendo a circulação de bens culturais.

#### Viabilidade de execução:

A finalidade da Fundação Graça de Deus de Minas Gerais, descrita em seu Estatuto, está coerente com o objeto proposto e segundo declaração apresentada possui instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional suficientes e necessárias para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, o que viabiliza a execução do objeto proposto, conforme manifestação técnica anexa ao processo.

#### Análise do cronograma de desembolso:

Diante disso, esta diretoria se apresenta favorável ao repasse dos recursos destinados à execução das metas descritas no plano de trabalho, no valor de R\$1.079.493,23, conforme indicado no Cronograma de Desembolso especificado no Plano de Trabalho, uma vez que o valor é adequado à execução plena do objeto, tendo em vista a comprovação dos preços praticados no mercado por meio da apresentação dos orçamentos pela Entidade.

#### Meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da Parceria:

O acompanhamento da execução da parceria será realizado por meio de práticas de acompanhamento e verificação no local e apresentação pela OSC de Relatório de Monitoramento de Metas semestral.

#### Procedimentos para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:

A execução física e financeira será avaliada por meio do Relatório de Execução do Objeto a ser apresentado pela OSC parceria ao final da execução contendo descrição pormenorizada das atividades desenvolvidas, meios de pagamentos utilizados e benefícios alcançados.

#### Considerações referentes aos incisos II, V, VI e VII do § 7º do artigo 35 do Decreto Estadual Nº 47.132/2017:

Diante do exposto, esta Unidade Técnica considera viável a execução da parceria tendo em vista que o processo foi devidamente instruído com a documentação exigida pela Resolução nº 07 de 09/06/2017

#### Designação do gestor da parceria:

Fica designado como gestor da parceria Mara Mattos, MASP: 1428349-3.

#### Designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria:

A comissão de monitoramento e avaliação da parceria será formada pelas servidoras: Carola Maria Marques de Castro, MASP: 1.436.028-3, Tatiana Nonato de Souza Leite, MASP: 1.330.256-7 e Aparecida Barbosa da Costa, MASP: 366.547-8.

Juliana Schmidt Fagundes  
Procuradora do Estado  
Assessoria Jurídica-Chefe da SEC/JMG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3



## CONVÊNIO/PARCERIA

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017



*Lara Soares Casasanta Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8

Carimbo de identificação

14/12/2017

Data

*Lara Soares Casasanta Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8

Carimbo de identificação

14/12/2017

Data

*Lara Soares Casasanta Latorre*  
Responsável pela Análise Técnica

*Lara Soares Casasanta Latorre*  
Responsável pela Aprovação da Análise Técnica

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Prossora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
QAB/MG: 80.027 - MASP: 1093500-3

*Lara Soares Casasanta Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



# CONVÊNIO/PARCERIA

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017

## PARECER JURÍDICO

Responsável: JULIANA SCHMIDT FAGUNDES

Data: 22/12/2017

Status do Parecer: Favorável com Ressalva



NOTA JURÍDICA 568 /2017. REF.: CI/SEC/SPGF/DCPC/691/2017 DATA ? 22/12/2017 ASSUNTO ? ANÁLISE DA MINUTA DE TERMO DE FOMENTO A SER CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E A FUNDAÇÃO GRAÇA DE DEUS DE MINAS GERAIS - FUNGRAÇA. Vem a essa Assessoria Jurídica, para análise e parecer, através da CI em referência, minuta de Termo de Fomento a ser celebrado entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação Graça de Deus de Minas Gerais - FUNGRAÇA. O Termo de Fomento, conforme cláusula primeira da minuta juntada às fls.197/204, tem por objeto a estruturação da Fundação da Graça de Deus de Minas Gerais por meio da aquisição de livros didáticos, móveis, equipamentos, instrumentos musicais, gêneros alimentícios, materiais de consumo, vestuário e contratação de profissionais qualificados para oferecimento de oficinas de caráter musical e reforma da sede. É o relatório. A possibilidade de celebração do presente ajuste será analisada à luz da Lei 13.019/2014, bem como Decreto 47.132/2017, que regulamente a Lei 13.019/2014 no Estado de Minas Gerais. Termo de Fomento consiste basicamente em um instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros. Ressalta-se que a formalização do presente Termo de Fomento não necessita de Chamamento Público que a preceda, tendo em vista que o recurso a ser destinado ao referido Termo de Fomento é originário de emenda parlamentar do Deputado Estadual Arlete Magalhães, estando a referida exceção prevista no art. 29 da Lei 13.019/2014, bem como no artigo 18 do Decreto 47.132/2017. Senão vejamos: Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei. (Grifo Nosso) Art. 18 ? Para a celebração das parcerias previstas neste decreto, o órgão ou entidade estadual deve realizar chamamento público para selecionar as OSCs para execução do objeto. § 1º ? O disposto no caput não se aplica a termos de colaboração ou de fomento que prevejam o repasse de recursos decorrentes de emendas parlamentares à lei estadual orçamentária anual propostas por deputados estaduais, bancadas e comissões, bem como a acordos de cooperação que não envolvam celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial. (Grifo Nosso) Nos termos da proposta de plano de trabalho juntada às fls.56/59, o objeto da parceria é a aquisição de bens de consumo (livros didáticos, gêneros alimentícios, material de construção, acessórios musicais, material de limpeza, itens de higiene pessoal e vestuário), de bens permanentes (móveis, eletrodomésticos, informática e instrumentos musicais), serviços de qualificação profissional e obra para construção da sede da entidade. Segundo o mesmo documento, a parceria permitirá a estruturação da entidade e, por conseguinte, as atividades promovidas por ela. Nesse sentido, tem-se que a parceria se relaciona aos objetivos e competências dessa Secretaria, conforme artigo 27 da Lei 22.257/2016, o qual segue abaixo colacionado, e, conforme declaração constante da CI em referência. Art. 27 ? A Secretaria de Estado de Cultura ? SEC ? é o órgão gestor do Sistema Estadual de Cultura, previsto no § 4º do art. 216-A da Constituição da República, e tem como competência planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado relativas: I ? ao pleno exercício dos direitos culturais e à democratização do acesso à cultura; II ? à promoção da diversidade cultural e à proteção do patrimônio cultural material e imaterial mineiro; III ? ao incentivo à produção, à valorização e à difusão do conjunto das manifestações artístico-culturais mineiras; IV ? ao incentivo à regionalização da criação artístico-cultural e ao intercâmbio entre os diferentes territórios e as diversas formas de manifestação artístico-cultural no Estado. Por outro lado, nos termos do artigo 27 do Decreto Estadual 47.132/2017, após o preenchimento do plano de trabalho, nos casos de celebração de parceria cujo objeto é a aquisição de bens permanentes (dentre outros), deve ser apresentada pela OSC a documentação indicada nos artigos 33, 34 e 39 da Lei 13.019/14. A documentação exigida pela Lei Federal e Decreto Estadual já citados, com a finalidade de comprovação dos requisitos para celebração da parceria, foi consolidada e estabelecida nos anexos I e II da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 007, de 9 de junho de 2017, que dispõe sobre a regulamentação do Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017. Fica dispensada a apresentação da documentação já entregue para o Cadastro Geral de Convenientes do Estado ? Cagec. Vejamos: Art. 1º ? Nos termos dos arts. 5º e 27 a 34 do Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017, para a celebração de acordo de cooperação ou de termo de colaboração ou de fomento, a organização da sociedade civil ? OSC ? deverá apresentar a documentação que omprove o atendimento dos arts. 33, 34 e 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e documentos complementares relativos ao objeto, conforme Anexos I e II desta Resolução Conjunta. § 1º ? A OSC está dispensada de apresentar ao órgão ou entidade estadual parceiro os documentos anteriormente entregues para o Cadastro Geral de Convenientes do Estado ? Cagec ?, ressalvados os casos expressamente previstos nos Anexos I e II. Assim, no anexo II da citada resolução consta o check-list da documentação para celebração de termo de fomento ou termo de colaboração. Vejamos: CHECK LIST CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO OU TERMO DE COLABORAÇÃO ÓRGÃO OU ENTIDADE ESTADUAL PARCEIRO: OSC: PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO Nº: / VALOR DO REPASSE: R\$ ITEM RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS Sim Não Não se aplica Obs. DOCUMENTAÇÃO COMPROVANDO O ATENDIMENTO DOS ARTS. 33, 34 E 39 DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 1 Certificado de Regularidade do Cagec, com status ?regular? e Situação atual ?normal? no Sistema Integrado de Administração Financeira ? SIAFI. (<http://www.portalcagec.mg.gov.br>) Obs.1: O comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ? CNPJ ? (item ?Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas?) deve demonstrar que a OSC existe há no mínimo 2 anos com cadastro ativo. Obs. 2: A Lei Federal nº 13.019/2014, admite a redução desse prazo por ato específico do dirigente máximo do órgão ou entidade estadual parceiro na hipótese de nenhuma organização atingi-lo. 2 CÓPIA DO ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E, SE HOUVER, ALTERAÇÕES, CONTENDO AS CLÁUSULAS OBRIGATORIAS PREVENDO: Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social. Exs.: Atividades nas áreas de saúde, educação, cultura, esportes, meio ambiente, segurança pública, etc. Obs.: Obrigatório somente para OSCs entidades privadas sem fins lucrativos. Em caso de dissolução da entidade, a transferência do respectivo patrimônio líquido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta. Obs.: Obrigatório somente para OSCs entidades privadas sem fins lucrativos. Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade. Obs.: Obrigatório para TODAS as OSCs: entidades privadas sem fins lucrativos, sociedades cooperativas e organizações religiosas. Obs.: Se as cláusulas obrigatórias não constarem do estatuto ou contrato social, apresentar também o regimento interno ou outra norma de organização interna contendo essas cláusulas. 3 COMPROVANTE DE EXPERIÊNCIA PRÉVIA DE, NO MÍNIMO, 1 ANO NA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA OU DE NATUREZA SEMELHANTE Cópia de instrumento de convênio e de parceria firmado com órgãos e entidades da administração pública, organismos de cooperação internacional, empresas ou outras organizações da sociedade civil. OU Relatório de atividades assinado pelo representante

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Assessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
Art. 80, 027 - MASP: 1093600-3

*Lara Soares Casasanta Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-6



# CONVÊNIO/PARCERIA

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017



legal com comprovação das ações desenvolvidas pela organização da sociedade civil.

OU Declaração de experiência prévia no desenvolvimento de atividades relacionadas ao objeto da parceria ou em projetos de natureza semelhante, emitida por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas, por secretarias municipais responsáveis pelo acompanhamento da área social relativa ao objeto estatutário, juiz de direito, promotor, prefeito, presidente da Câmara Municipal ou delegado de polícia do município ou da comarca em que a organização da sociedade civil for sediada.

OU Prêmio local ou internacional de relevância recebidos pela organização da sociedade civil em razão de suas atividades.

OU Quaisquer documentos que comprovem experiência da sociedade civil e a disponibilização de equipamentos e materiais necessários ao cumprimento do objeto.

OU Currículos profissionais de integrantes da equipe de trabalho da parceria, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros.

OU Publicação, pesquisa e outra forma de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela.

OU Quaisquer documentos que comprovem a capacidade técnica e operacional.

Obs.: A apresentação de documentos relativos a este item 4 pode ser dispensada se o comprovante de experiência relativo ao item 3 também demonstrar capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil.

4 COMPROVANTE DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL Declaração assinada pelo representante legal sobre a existência de instalações e outras condições materiais da OSC ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.

Obs.: A Lei Federal nº 13.019/2014 dispõe que não é necessária a demonstração de capacidade instalada prévia, sendo admitidas a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para cumprimento do objeto da parceria.

6 Declaração assinada pelo responsável legal de que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas nos incisos I, II, IV, V, VI e VII do art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7 Declaração assinada pelo responsável legal de que não há no quadro de dirigentes da OSC pessoa que se enquadre na vedação do inciso III do art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014 e do § 4º do art. 4º do Decreto nº 47.132/2017.

Obs.: Essa exigência não se aplica à parceria com OSCs que, pela própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas no inciso III do art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração ou de fomento simultaneamente como dirigente e administrador público.

8 Declaração assinada pelo responsável legal de que não contratará ou pagará a qualquer título servidor ou empregado público de que trata o inciso II do art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014 ou pessoas condenadas por crimes contra a administração pública ou crimes eleitorais.

9 Print Screen da tela informando que não constam pendências no CNPJ da OSC no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas - CADIN-MG.

10 Certidão do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Poder Executivo estadual ? CAFIMP (negativa ou positiva com efeitos de negativa).

(https://www.compras.mg.gov.br)

11 Print Screen da tela informando que não foram encontrados registros do CNPJ da OSC no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas ? CEPIIM.

(http://www.portaltransparencia.gov.br/cepim/)

12 Comprovante de abertura de conta corrente específica para a parceria, emitida pelo Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal ou outra instituição financeira oficial, contendo o nº da agência e conta corrente.

Obs.: A conta corrente deve ser específica e isenta de tarifas bancárias para o termo de fomento ou de colaboração a ser celebrado.

13 Declaração de autenticidade dos documentos apresentados em cópia simples, assinada pelo responsável legal da OSC.

14 Declaração de que a OSC não contratará ou autorizará serviço ou fornecimento de bem de fornecedor ou prestador de serviço inadimplente com o Estado de Minas Gerais, na hipótese de utilização de recursos estaduais, assinada pelo responsável legal da OSC.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES RELATIVOS AO OBJETO 15 Proposta de plano de trabalho preenchida no SIGCON-SAÍDA, impressa e assinada pelo representante legal da OSC.

(http://saida.convenios.mg.gov.br) Obs.1: No plano de aplicação da proposta, devem ser registrados: a) No caso de termo de colaboração ou de fomento que envolva a aquisição de bens permanentes, todos os itens de materiais conforme planilha detalhada de itens e custos (S-19, E-19 ou A-19);

b) No caso de termo de colaboração ou de fomento para aquisição de bens, serviços ou evento, todos os itens de materiais e serviços conforme planilha detalhada de itens e custo (S-19, E-19 ou A-19), sendo permitido o registro de materiais de consumo por grupo de materiais

(https://www1.compras.mg.gov.br/catalogo/consultaGruposClasseMaterialOuServico.html#) c) No caso de termo de colaboração ou de fomento para execução de reforma ou obra, as macroetapas da planilha orçamentária de custos (RO-24).

Obs. 2: No caso de termo de colaboração ou de fomento para execução de aquisição de bens, serviços ou evento que preveja a compra de materiais permanentes, verificar com o órgão ou entidade estadual parceiro se há descrição padronizada de itens a serem adquiridos.

16 Planilha de detalhamento de despesas de pessoal, assinada pelo representante legal da OSC (SE FOR O CASO).

SE A OSC OFERECER CONTRAPARTIDA APRESENTAR TAMBÉM 17 Declaração de que os recursos referentes à contrapartida estão assegurados, assinada pelo representante legal da OSC (SE FOR O CASO).

18 Memória de cálculo da contrapartida não financeira (SE FOR O CASO).

PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO APRESENTAR TAMBÉM S-19 Planilha detalhada de itens e custos do serviço de forma unitária e global, assinada pelo representante legal da OSC.

S-20 03 orçamentos do serviço, cada qual contendo o CNPJ ou carimbo da empresa no orçamento ou CPF (no caso de profissionais liberais), com data de emissão nos últimos 3 meses anteriores à data da proposta do plano de trabalho, ou outro parâmetro utilizado para cálculo do custo.

S-21 Detalhamento do projeto do serviço a ser prestado, dependendo da complexidade do objeto, assinado pelo representante legal da OSC.

Obs.: Solicitar orientação do órgão ou entidade estadual parceiro se será necessário apresentar o detalhamento.

S-22 Documentação complementar a depender do objeto. Ex.: Alvará de localização e funcionamento do imóvel no qual será executado projeto ou atividade de atendimento a beneficiários.

Obs.: Solicitar orientação do órgão ou entidade estadual parceiro se será necessário apresentar documentos complementares adicionais.

PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO APRESENTAR TAMBÉM E-19 Planilha detalhada de itens e custos do evento de forma unitária e global, assinada pelo representante legal da OSC.

E-20 03 orçamentos do evento, cada qual contendo o CNPJ ou carimbo da empresa no orçamento ou CPF (no caso de profissionais liberais), com data de emissão nos últimos 3 meses anteriores à data da proposta do plano de trabalho, ou outro parâmetro utilizado para cálculo do custo.

E-21 Detalhamento do projeto do evento, dependendo da complexidade do objeto, assinado pelo representante legal da OSC.

Obs.: Solicitar orientação do órgão ou entidade estadual parceiro se será necessário apresentar o detalhamento.

E-22 Documentação complementar a depender do objeto. Ex.: Termo de

Juliana Schmidt Fagundes  
Procuradora do Estado  
Assessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

Lara Soares Casasanta Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



# CONVÊNIO/PARCERIA

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017



compromisso de atendimento das exigências da legislação de eventos Obs.: Solicitar orientação do órgão ou entidade estadual parceiro se será necessário apresentar documentos complementares adicionais.

PARA AQUISIÇÃO DE BENS APRESENTAR TAMBÉM A-19 Planilha detalhada de itens e custos dos bens de forma unitária e global, assinada pelo representante legal da OSC.

A-20 03 orçamentos do(s) item(ns) a ser(em) adquirido(s), cada qual contendo o CNPJ ou carimbo da empresa no orçamento, com data de emissão nos últimos 3 meses anteriores à data da proposta do plano de trabalho, ou outro parâmetro utilizado para cálculo do custo.

A-21 Documentação complementar a depender do objeto. Obs.: Solicitar orientação do órgão ou entidade estadual parceiro se será necessário apresentar documentos complementares adicionais.

PARA AQUISIÇÃO DE BENS COM INSTALAÇÃO APRESENTAR TAMBÉM A-22 Documento que comprove a regularidade do imóvel onde ocorrerá a instalação, conforme item RO-29.

A-23 Planta de localização/croqui, preferencialmente com identificação das coordenadas geográficas do local de instalação do bem. Obs.: Solicitar ao órgão ou entidade estadual parceiro orientações sobre quantidade de vias.

A-24 Relatório Fotográfico Colorido, identificando claramente o local de instalação do bem, datado e assinado por um funcionário da OSC OU pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável OU pelo representante legal da OSC. Obs.: Solicitar ao órgão ou entidade estadual parceiro orientações sobre quantidade de vias.

A-25 Layout dos bens distribuídos no local a serem instalados. PARA REFORMA

OU OBRA APRESENTAR TAMBÉM RO-19 Planta de localização/croqui, preferencialmente com identificação das coordenadas geográficas do local e realização da reforma ou obra. Obs.: Solicitar ao órgão ou entidade estadual parceiro orientações sobre quantidade de vias.

RO-20 Relatório Fotográfico Colorido, identificando claramente o local de execução da reforma ou obra, datado e assinado por um funcionário da OSC OU pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável OU pelo representante legal da OSC. Obs.: Solicitar ao órgão ou entidade estadual parceiro orientações sobre quantidade de vias.

RO-21 Projeto básico ou executivo, de acordo com as normas da ABNT, assinado pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável E pelo representante legal da OSC. Obs.1: Solicitar ao órgão ou entidade estadual parceiro orientações sobre quantidade de vias. Obs.2: O projeto deverá conter todas as informações da planilha orçamentária de custos.

RO-22 Anotação de responsabilidade técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia (ART/CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (RRT/CAU) relativa(o) ao projeto básico ou executivo, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas, bem como à fiscalização, assinada(o) pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável E pelo representante legal da OSC.

RO-23 Anotação de responsabilidade técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia (ART/CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (RRT/CAU) relativa(o) à fiscalização, assinada(o) pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável E pelo representante legal da OSC. Obs.: Caso o engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável pela elaboração do projeto básico também seja o fiscal designado para a obra, poderá ser emitida um(a) única(o) ART/CREA ou RRT/CAU para ambas as atribuições.

RO-24 Planilha Orçamentária de Custos, assinada pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável E pelo representante legal da OSC. Obs.1: Solicitar ao órgão ou entidade estadual parceiro orientações sobre quantidade de vias. Obs.2: Todos os campos da planilha de custos deverão ser preenchidos pela OSC, inclusive regime de execução da obra (direta/indireta) e percentual do BDI.

RO-25 Cronograma Físico-Financeiro da reforma ou obra assinado pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável E pelo representante legal da OSC. Obs.: Solicitar ao órgão ou entidade estadual parceiro orientações sobre quantidade de vias.

RO-26 Memória de cálculo dos quantitativos físicos da Planilha Orçamentária de Custos assinada pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável.

RO-27 Memorial descritivo de projeto básico ou executivo assinado pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável.

RO-28 Declaração sobre o atendimento às exigências de acessibilidade para deficientes físicos assinada pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável E pelo representante legal da OSC (SE FOR O CASO).

RO-29 DOCUMENTO QUE COMPROVE A REGULARIDADE DO IMÓVEL DA INTERVENÇÃO Registro do Imóvel, Certidão de Inteiro Teor ou Certidão de Ônus Reais do Imóvel emitida nos últimos 12 meses antes da apresentação da proposta de plano de trabalho que comprove a sua propriedade. Obs.: No caso de imóvel pertencente a órgão ou entidade da Administração Pública, deverá ser apresentada autorização expressa do titular para a realização da reforma ou obra.

OU Um dos documentos de comprovação da situação possessória de acordo com o art. 28 do Decreto nº 47.132/2017. Ex. 1: Termo de Cessão de Uso realizado por instrumento público pelo prazo mínimo de 10 anos a contar da data de apresentação da proposta, acompanhado de registro do imóvel em nome do cedente. Ex. 2: Escritura Pública de Doação, acompanhada de registro do imóvel em nome do doador. Obs.: O órgão ou entidade estadual parceiro pode solicitar a apresentação do registro de imóvel em nome do proprietário, certidão de inteiro teor ou certidão de ônus reais do imóvel emitida nos últimos 12 meses a contar da data de apresentação de proposta de plano de trabalho, para a segurança jurídica do termo de fomento ou termo de colaboração.

OU Em se tratando de situações de interesse social e garantia de direitos fundamentais de saúde, moradia, educação, saneamento básico, mobilidade, lazer e proteção do patrimônio cultural, quando se tratar de área pública, declaração assinada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que a área é considerada de uso comum do povo ou de domínio público. Obs.: São áreas de domínio público ruas, avenidas e praças. Locais de uso particular NÃO são considerados de domínio público ou uso domínial.

OU Em se tratando de situações de interesse social e garantia de direitos fundamentais de saúde, moradia, educação, saneamento básico, mobilidade, lazer e proteção do patrimônio cultural, quando se tratar de área privada, autorização formal do proprietário do terreno no qual será executada a reforma ou obra.

OU Em se tratando de situações de interesse social e garantia de direitos fundamentais de saúde, moradia, educação, saneamento básico, mobilidade, lazer e proteção do patrimônio cultural, quando se tratar de área privada, declaração assinada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que a área é ocupada por famílias de baixa renda, em posse justa, mansa e pacífica por pelo menos cinco anos, fundamentada e tecnicamente reconhecida pelo órgão ou entidade estadual parceiro, acompanhada de parecer favorável da Advocacia-Geral do Estado ? AGE ? em análise do caso concreto.

RO-30 LICENÇA AMBIENTAL OU TERMO DE COMPROMISSO DE ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL Licenças ambientais pertinentes ao projeto, tais como: Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF), Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO), ou Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

OU Termo de compromisso de atendimento das exigências da legislação ambiental, assinado pelo representante legal da OSC (SE FOR O CASO).

RO-31 Projeto aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ? IPHAN, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico ? IEPHA ? ou pelo instituto municipal responsável pelo tombamento do imóvel (SE FOR O CASO).

RO-32 Documentação complementar a

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Tribunadora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

*Lara Soares Casasanta Latorre*  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



## CONVÊNIO/PARCERIA

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017



depende do objeto de reforma ou obra. Obs.: Solicitar orientação do órgão ou entidade estadual parceiro se será necessário apresentar documentos complementares adicionais.

No caso em comento, os documentos exigidos listados acima foram apresentados, conforme fls.04/194. No entanto, cabe observar que no Certificado de Registro Cadastral de Conveniente, juntado às fls. 04/05, há um documento fora do prazo de validade, tal seja: a Certidão de regularidade perante o FGTS. Como observado no próprio certificado, a validade deste documento condiciona-se, também, pelos prazos de validade dos documentos. Ademais, observa-se que a situação cadastral no SIAFI não se encontra como "normal?". Dessa forma, recomenda-se a regularização desta documentação. Ademais, recomenda-se a juntada de cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, a fim de comprovar o tempo mínimo de existência de dois anos da entidade, em conformidade com o artigo 33, inciso V, alínea "a" da Lei Federal nº 13.019/14. Outrossim, recomenda-se a alteração da declaração juntada à fl. 44 a fim de que nela conste o verdadeiro concedente do termo de fomento em questão, tal seja a Secretaria de Estado de Cultura. Recomenda-se também a juntada de comprovante válido de abertura de conta corrente em instituição bancária oficial, posto que o documento de fls. 53 não possui logo e assinatura do representante legal da instituição bancária oficial. Referente aos documentos da reforma ou obra, recomenda-se a juntada da anotação de responsabilidade técnica registrada no Conselho Regional de Engenharia (ART/CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (RRT/CAU) relativa(o) à fiscalização, assinada(o) pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável E pelo representante legal da OSC, e a declaração sobre o atendimento à exigências de acessibilidade para deficientes físicos assinada pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável E pelo representante legal da OSC. Por fim, observa-se que os orçamentos juntados às fls. 123/124, 147v/148, 149/151, 153, 154/158, 165v/170, 178v, 179, 184, 185/187 e 189v/190 não possuem as informações exigidas pela legislação pertinente, tais sejam o CNPJ, ou carimbo da empresa, ou CPF em caso de profissional liberal; e os juntados às fls. 125/128, 130/134, 140/142, 145, 147v/148, 149/151, 153, 154/158, 159v/160, 163, 184, 189v/190, 190v/191 não possuem data de emissão. Recomenda-se, dessa maneira, a juntada de novos orçamentos. Ademais, para a formalização da parceria, nos termos do artigo 35, §7º do Decreto 47.132/2017, a área técnica analisará a proposta do plano de trabalho, bem como os documentos anexados, devendo efetuar ajustes eventualmente necessários. O parecer técnico deve conter elementos mínimos, quais sejam, interesse público recíproco na realização da parceria; adequação do valor da parceria; avaliação da remuneração da equipe de trabalho, quando houver; quando houver previsão de custos indiretos no plano de trabalho, a avaliação fundamentada de que eles são indispensáveis e proporcionais à execução do objeto; quando houver previsão de realização de pagamento em espécie, a avaliação fundamentada da impossibilidade física do uso desta modalidade de pagamento e o limite máximo estabelecido; descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria; viabilidade de execução da parceria e da adequação do projeto, se houver, e o atendimento às normas técnicas pertinentes. In verbis: Art. 35 (omissis) (...) § 7º ? As áreas técnicas emitirão parecer pronunciando expressamente sobre: I ? mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada, bem como sobre as adequações eventualmente realizadas na proposta; II ? documentação anexada, justificando a ausência de documento, quando dispensado, nos termos da legislação; III ? interesse público recíproco na realização da parceria, especialmente no tocante à afinidade de atribuições e competências dos parceiros com o objeto da parceria e com o programa; IV ? adequação do valor da parceria ao necessário à execução plena do objeto e sua compatibilidade com os preços de mercado e a verificação do cronograma de desembolso; V ? avaliação do disposto no art. 33, quando houver remuneração de equipe de trabalho com recursos da parceria; VI ? quando houver previsão de custos indiretos no plano de trabalho, a avaliação fundamentada de que eles são indispensáveis e proporcionais à execução do objeto, nos termos do art. 54; VII ? quando houver previsão de realização de pagamento em espécie, a avaliação fundamentada da impossibilidade física do uso desta modalidade de pagamento e o limite máximo estabelecido, nos termos do inciso X do art. 40. VIII ? descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos; IX ? viabilidade de execução da parceria e da adequação do projeto, se houver, e o atendimento às normas técnicas pertinentes. No caso em comento, o parecer técnico constante da CI em referência juntada à fl. 195 contempla a análise dos aspectos citados acima, em conformidade com o dispositivo supra colecionado. No mais, não há outras inconformidades a serem apontadas, considerando o disposto na Lei 13.019/2014 e Decreto 47.132/2017. Conclusão. Ante o exposto, essa Assessoria opina favoravelmente à celebração do Termo de Fomento ora analisado, desde que observadas as recomendações acima. À consideração superior. Maria Elisa de A. Vasconcelos Philippe R. de Aquino  
Assessora Jurídica Estagiário de Direito MASP 1.356.079-2/OAB/MG

134.388

*Guilherme Schmidt Fagundes*  
Procurador do Estado  
Assessoria Jurídica - Chefe da SEC/MG  
1100-80.027 - MASP: 1607000-7

## CONVÊNIO/PARCERIA

NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017



Responsável pela Análise Jurídica

Carimbo de identificação

/ /

Data

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Assessoria Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

Responsável pela Aprovação da Análise Jurídica

Carimbo de identificação

/ /

Data

*Juliana Schmidt Fagundes*  
Procuradora do Estado  
Assessoria Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3

Lara Soares Casaganta Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8



## CONVÊNIO/PARCERIA


NÚMERO DE REGISTRO DO SIGCON-SAÍDA: 1271001806/2017

DATA DO REGISTRO: 29/12/2017

### APROVAÇÃO

Aprovo o presente Plano de Trabalho e autorizo a celebração do convênio de saída.

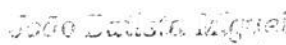


X   
Responsável pela aprovação do Plano de Trabalho

Carimbo de identificação

28/12/2017

Data


  
João Batista Miguel  
Secretário de Estado Adjunto de Cultura  
Secretaria de Estado Adjunto de Cultura  
M.sp. 13300/9-4

X   
Responsável Legal do Concedente

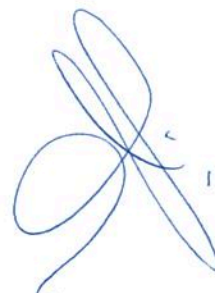
Carimbo de identificação

28/12/2017

Data

  
João Batista Miguel  
Secretário de Estado Adjunto de Cultura  
Secretaria de Estado Adjunto de Cultura  
M.sp. 13300/9-4

  
Juliana Schmidt Fagundes  
Procuradora do Estado  
Acessora Jurídica-Chefe da SEC/MG  
OAB/MG: 80.027 - MASP: 1093600-3



Lara Soares Casasanta Latorre  
Diretora de Convênios e Prestação de Contas  
MASP: 1365641-8

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Concorrência Nº CPLI.1020170173  
Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras de otimização do Sistema de Abastecimento de Água Candongas - Arcos / MG. Dia: 05/02/2018 às 14:30 horas - Local: Rua Carangola, 606 - Térreo - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG. Mais informações e o caderno de licitação poderão ser obtidos, gratuitamente, através de download no endereço: www.copasa.com.br (link: licitações/licitação de obras e serviços), a partir do dia 29/12/2017.

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Concorrência Nº CPLI.1020170187  
Objeto: execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras e serviços de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de João Pinheiro / MG. Dia: 06/02/2018 às 08:30 horas - Local: Rua Carangola, 606 - Térreo - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG. Mais informações e o caderno de licitação poderão ser obtidos, gratuitamente, através de download no endereço: www.copasa.com.br (link: licitações/licitação de obras e serviços), a partir do dia 29/12/2017.

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Concorrência Nº CPLI.1020170155  
Objeto: prestação de serviços especializados na área socioambiental, visando a implementação de Trabalho Técnico Socioambiental (TTS), no âmbito da Diretoria de Operação Metropolitana com ênfase no Programa Nossa Pampulha, a ser executado na bacia da lagoa da Pampulha, nos municípios de Belo Horizonte e Contagem no estado de Minas Gerais. Dia: 29/01/2018 às 14:30 horas - Local: Rua Carangola, 606 - Térreo - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG. Mais informações e o caderno de licitação poderão ser obtidos, gratuitamente, através de download no endereço: www.copasa.com.br (link: licitações/licitação de obras e serviços), a partir do dia 29/12/2017.

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2017/0606 – PEM**  
Objeto: Abraçaadeiras Tripartidas. Resultado: Encerrado. Não houve empresas interessadas, conforme consta dos autos.

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SPAL - nº 05.2017/0546 – PEM**  
Objeto: Soluções para Laboratório. Resultado: Encerrado. Não houve empresa vencedora para os lotes 01 e 02, conforme consta dos autos.

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SPAL nº 05.2018/0001 – PEM**  
Objeto: Materiais para Laboratório. Dia da Licitação: 15 de janeiro 2018 às 08:45 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em 02/01/2018. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SPAL nº 05.2018/3001 – PEM (COTA RESERVADA PARA ME/EPF).**  
Objeto: Quadros de comando. Dia da Licitação: 15 de janeiro 2018 às 09:15 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em 02/01/2018. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SPAL nº 05.2018/0002 – PES**  
Objeto: Serviços de Usinagem. Dia da Licitação: 15 de janeiro 2018 às 14:15 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em 02/01/2018. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SPAL nº 05.2018/0003 – PEM**  
Objeto: Rolamentos. Dia da Licitação: 16 de janeiro 2018 às 08:45 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em 03/01/2018. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SPAL nº 05.2018/0004 – PEM**  
Objeto: Lanche Padrão. Dia da Licitação: 16 de janeiro 2018 às 09:15 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em 03/01/2018. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SPAL nº 05.2018/0005 – PEM (PARA ME/EPF COM OPÇÃO PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO).**  
Objeto: Material filtrante. Dia da Licitação: 16 de janeiro 2018 às 14:15 horas. Local: Rua Carangola, 606 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte. Edital disponível em 03/01/2018. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SPAL nº 05.2017/3068 – PES.**  
Objeto: Plantio de Mudas Nativas com fornecimento de materiais. A COPASA MG informa que o Pregão Eletrônico, objeto acima mencionado, anteriormente adiado “Sine Die”, fica marcado para o dia para 16/01/2018 às 14:30 horas. Edital disponível em 03/01/2018. Mais informações: www.copasa.com.br (link: Fornecedores/Pregão).

A DIRETORIA

**26 cm -28 1045347 - 1**

## SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - Extrato

Extrato do Termo de Fomento nº 1271001806/2017. Partícipes: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA e a FUNDAÇÃO DA GRAÇA DE DEUS - FUNGRAÇA; Objeto: Reforma, contratação de serviços e aquisição de bens; Valor: R\$ 1.079.493,23. Valor da Contrapartida: R\$0,00. Dotação Orçamentária Estadual: 1271.13.392.140.4364.0001.4450.4101.1.10.8; Assinatura: 28/12/2017. Vigência: 365 dias.

**2 cm -28 1045549 - 1**

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - Extrato

Extrato de Retificação

No Extrato de publicação do Convenio n°1271001656/2017, celebrado entre a SEC e a ASSOCIACAO DAS ESCOLAS DE SAMBA BLOCO RANCHOS DE SÃO JOAO DEL REI, publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais do dia 28/12/2017, página 91, Editais e Avisos, onde se lê: Valor: R\$ 139.397,14; leia-se: Valor: R\$ 138.397,14.

Extrato de Retificação  
No Extrato de publicação do Convenio n°1271001712/2017, celebrado entre a SEC e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL PONTO DE PARTIDA, publicado no Anexo do Diário Oficial do Estado de Minas Gerais do dia 28/12/2017, caderno 1, página 02, Editais e Avisos, onde se lê: Dotação Orçamentária Estadual: 1271.13.392.130.4364.0001.3350.4101.1.10.8; leia-se: Dotação Orçamentária Estadual: 1271.13.392.140.4364.0001.3350.4101.1.10.8.

Extrato do Acordo de Cooperação nº 05/2017. Partícipes: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA e a ASSOCIAÇÃO DE CULTURA LUSO BRASILEIRA; Objeto: Utilização de espaço físico; Assinatura: 28/12/2017. Vigência: 12 meses.

Extrato do Termo de Fomento nº 1271001783/2017. Partícipes: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA e a ASSOCIAÇÃO ARTISTICA E CULTURAL CORO MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA; Objeto: Realização do 4º Festival Internacional de Coros de Juiz de Fora; Valor: R\$ 20.000,00. Valor da Contrapartida: R\$0,00; Dotação Orçamentária Estadual: 1271.13.392.140.4364.0001.3340.4101.1.10.8; Assinatura: 28/12/2017. Vigência: 365 dias.

**7 cm -28 1045524 - 1**

Extrato de Assinatura de Termo Aditivo

Nome do Órgão Estatal Parceiro: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
Nome e MASP do Supervisor do Termo de Parceria: Lucas Melo Franco Fainblat – MASP 752.718-7
Nome e MASP do Supervisor Adjunto do Termo de Parceria: Fernando Silvestre de Brito – MASP 752.720-3

## DIÁRIO DO EXECUTIVO

Nome e MASP do Assessor Jurídico do Supervisor para o Termo de Parceria: Ana Flávia Costa – MASP 1.366.929-6	
Nome e MASP do Assessor Contábil Financeiro do Supervisor para o Termo de parceria: Regina do Carmo Ferreira Cruz – MASP 364.893-8	
Total a ser repassado pelo Termo Aditivo: R\$ 18.293.837,15	Local de Realização: Belo Horizonte
Início da Vigência: 30/12/2017	Término da Vigência: 30/12/2018
Data de assinatura: 29/12/2017	
Objeto do Termo Aditivo: alterar a Concepção da Política Pública, anexo I, o Programa de Trabalho, Anexo II, e a Sistemática de Avaliação do Termo de Parceria, Anexo III, bem como alterar as cláusulas vigentes e inserir novas cláusulas ao Termo de Parceria.	
Nome da Oscip: Instituto Cultural Filarmônica – ICF	
Endereço da Oscip: Sala Minas Gerais - Rua Tenente Brito Melo, 1090	
Cidade: Belo Horizonte	Estado: Minas Gerais
CEP: 30180-070	Telefone: (31) 3219-9000
Fax: (31) 3219-9030	E-mail: contato@filarmonica.art.br
Nome do Dirigente responsável pelo Termo de Parceria: Diomar Donizette da Silveira	
Cargo/Função: Diretor Presidente da OSCIP	
O Termo de Parceria nº 019/2008 e o XII Termo Aditivo se encontram disponíveis no seguinte endereço eletrônico: www.cultura.mg.gov.br/a-secretaria/termos-de-parceria	

**8 cm -28 1045229 - 1**

## FUNDAÇÃO TV MINAS - CULTURAL E EDUCATIVA

FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA  
Extrato do Contrato Partes: Fundação TV Minas Cultural e Educativa e a Empresa LS Serviços de Informática e Eletrônica LTDA EPP. Objeto Monitor de Video. Valor global do contrato: R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais) Dotação Orçamentária: 2211.13.392.138.4394.0001.4490.52.07.0.10.1.Vigência: 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação. Gestor: Ana Paula de Sousa Carvalho, MASP: 1.367.820, Fiscal: Luiz Silvério Pereira Meireles – Masp:1.018.636-9. Signatária Luiza Moreira Arantes de Castro pela Fundação TV Minas Cultural e Educativa; Silvio Moreira dos Santos, pela Empresa LS Serviços de Informática e Eletrônica LTDA EPP. Belo Horizonte, 28 de Dezembro de 2017.

**3 cm -28 1045489 - 1**

FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA – TV MINAS  
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Fundamentado na Nota Jurídica nº 51/2017, de 28/12/2017, da Procuradoria da Fundação TV Minas, e no uso da competência a mim delegada pelo artigo 2º, inciso III, do Decreto Estadual nº. 43.817 de 14/06/2004, RATIFICO o Ato de Dispensa de Licitação à luz do art. 24, inciso V, da Lei 8.666/93, objetivando a contratação da Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos S/A, CNPJ 19.690.445/0001-79, para fornecimento imediato de materiais para a infraestrutura operacional e de manutenção do sistema de TV da emissora Rede Minas, Transistor Mosfet, com entrega a contar a partir da emissão de Autorização de Fornecimento com valor global de R\$3.000,00 (três mil reais) que correrá por conta da dotação orçamentária nº 2211.13.392.138.4394.0 001.33.90. 30.24. fonte 10.1 do orçamento em vigor aprovado pela Lei Estadual nº 21.695/2015. Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2017. Felipe Thadeu Piló.

**4 cm -28 1045128 - 1**

FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA  
Extrato do Contrato nº 9176607/2017. Partes: Fundação TV Minas Cultural e Educativa e a Empresa USATECBSB Veículos Especiais Ltda. Objeto aquisição de viatura modificada para Unidade Móvel de Jornalismo - UMJ. Valor global do contrato: R\$ 578.000,00 (quinhentos e setenta e oito mil reais). Dotação Orçamentária: 2211.13.392.138.4 394.0001.4490.52.17.0.10.1.Vigência: 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação. Gestor: Bianca de Sousa, MASP: 1.369.234-8, Fiscal: Luiz Silvério Pereira Meireles – Masp:1.018.636-9. Signatária Luiza Moreira Arantes de Castro pela Fundação TV Minas Cultural e Educativa; Ubiratan Rodrigues, pelo USATECBSB Veículos Especiais Ltda. Belo Horizonte, 26 de Dezembro de 2017.

**3 cm -28 1045126 - 1**

FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico - Processo de Compra nº 2211002.000050/2017. Aquisição de maquiagem profissional e itens de tocador para uso nos camarins da emissora Fundação TV Minas Cultural e Educativa, de acordo com as exigências e quantidades estabelecidas neste edital e seus anexos. . Sessão do Pregão: 25/01/2018, às 10:00 horas no site www.compras.mg.gov.br. Edital disponível no mesmo site. Pregoeira: Isabella Rodrigues Ferreira Conrado. Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2017.

**3 cm -28 1045250 - 1**

## SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário-SEDA e a Centro Nacional de Africanidades e Resistência Afro-Brasileiro - CENARAB. Objeto: estabelecer parceria nas áreas de formação, capacitação e apoio as atividades da Secretaria Executiva da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais – CEPCT. Vigência: Entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo prazo de 60(sessenta) meses, podendo ser prorrogado, a critério dos partícipes. Assinam: Pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, Professor Neivaldo de Lima Virgílio, Centro Nacional de Africanidades e Resistência Afro-Brasileiro, Célia Gonçalves Souza.

**3 cm -28 1045531 - 1**

## SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Extrato do CONVÊNIO nº 1782/2017. Partícipes: SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES e PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA. Objeto: Apoio financeiro para reforma do Estádio Municipal Gládior Calixto, localizado na avenida Padre Facundo no centro do município de Caputira/MG. Valor do Repasse: R\$ 50.000,00. Valor da Contrapartida: R\$ 5.450,00. Dotação Orçamentária Estadual: 1671 27 813 189 4507 0001 4440 42 01 1 10 8. Assinatura: 28/12/2017. Vigência: 730 dias.

Extrato do CONVÊNIO nº 1785/2017. Partícipes: SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES e PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPUTIRA. Objeto: Apoio financeiro para reforma de quadra poliesportiva na Praça Jardineiro Padre Euzébio, na região central do município Caputira/MG. Valor do Repasse: R\$ 50.000,00. Valor da Contrapartida: R\$ 1.500,00. Dotação Orçamentária Estadual: 1671 27 813 189 4507 0001 4440 42 01 1 10 8. Assinatura: 28/12/2018. Vigência: 730 dias.

Extrato do CONVÊNIO nº 1780/2017. Partícipes: SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES e PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNILÂNDIA. Objeto: Apoio financeiro para construção de cobertura da quadra poliesportiva da Praça Gustavo Gomes Tameirão, localizado no Distrito de João Pinheiro no município de Funilândia/MG Valor do Repasse: R\$ 100.000,00. Valor da Contrapartida: R\$ 60.170,68. Dotação Orçamentária Estadual: 1671 27 813 189 4507 0001 4440 42 01 1 10 8. Assinatura: 28/12/2017. Vigência: 730 dias.

**6 cm -28 1045527 - 1**

Extrato do CONVÊNIO nº 1801/2017. Partícipes: SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES e PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES, com intervenção de Secretaria de Estado de Educação. Objeto: Apoio financeiro para realização do VI jogos indígenas no município de São João das Missões/MG. Valor do Repasse: R\$ 396.998,57. Valor da Contrapartida: R\$ 5.000,00.

Dotação Orçamentária Estadual: 1261 12 368 214 4655 0001 3340 41 01 1 10 11671 27 812 189 4138 0001 3340 41 01 0 10 4. Assinatura: 28/12/2017. Vigência: 365 dias.

**2 cm -28 1045547 - 1**

Extrato do CONVÊNIO nº 1747/2017. Partícipes: SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES e PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÉSIA. Objeto: Apoio financeiro para realização de competição esportiva nas escolas municipais do município de Divinésia/MG. Valor do Repasse: R\$ 25.000,00. Valor da Contrapartida: R\$ 830,18. Dotação Orçamentária Estadual: 1671 27 366 178 4551 0001 3340 41 01 1 38 1. Assinatura: 28/12/2017. Vigência: 365 dias.

Extrato do CONVÊNIO nº 1733/2017. Partícipes: SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES e PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Objeto: Apoio financeiro para reforma de quadra poliesportiva do Morro do Trator, localizada na rua José Diogo dos Santos, bairro Alto das Dores no município de Ouro Preto/MG. Valor do Repasse: R\$ 78.088,31. Valor da Contrapartida: R\$ 4.109,91. Dotação Orçamentária Estadual: 1671 27 813 189 4507 0001 4440 42 01 1 110 8. Assinatura: 28/12/2017. Vigência: 730 dias.

Extrato do CONVÊNIO nº 1753/2017. Partícipes: SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES e PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA. Objeto: Apoio financeiro para aquisição de matérias esportivos, materiais de divulgação e contratação de profissionais especializados para o projeto ESPORTE CIDADÃO “LEI DO INCENTIVO” para o município de Jaiba/MG. Valor do Repasse: R\$ 79.050,40. Valor da Contrapartida: R\$ 28.912,00. Dotação Orçamentária Estadual: 1671 27 812 178 4499 0001 3340 41 01 0 45 1. Assinatura: 28/12/2017. Vigência: 540 dias.

**6 cm -28 1045201 - 1**

## SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Extrato de Convênio nº 001/2017  
Cedente: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Cessionário: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte  
Objeto: Cessão do servidor Filipe Galgani Gomes, MASP 1127892-6, EPPGG, para ocupar o cargo comissionado de Assessor III - C da Secretaria Municipal de Governo de Belo Horizonte, com ônus para o cedente, mediante reembolso pelo cessionário, bem como convalida todos os atos e procedimentos atinentes à cessão do servidor, praticados no período de 20/01/2017 até a data de publicação do Convênio.  
Prazo: até 31/12/2020  
Valor: R\$ 18.037,23 mensais  
Extrato de Convênio nº 006/2017  
Cedente: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Cessionário: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte  
Objeto: Cessão do servidor Luis Otávio Milagres de Assis, MASP 1107801-1, EPPGG, para ocupar o cargo comissionado de Gerente de 1º Nível - C da Gerência de Acompanhamento de Indicadores e Resultados da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Informação de Belo Horizonte, com ônus para o cedente, mediante reembolso pelo cessionário, bem como convalida todos os atos e procedimentos atinentes à cessão do servidor, praticados no período de 18/01/2017 até a data de publicação do Convênio. Prazo: até 31/12/2020  
Valor: R\$ 16.422,95 mensais

Extrato de Convênio nº 009/2017  
Cedente: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Cessionário: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte  
Objeto: Cessão da servidora Rosana Carvalho Pacheco, MASP 1160201-8, EPPGG, para ocupar o cargo comissionado de Gerente de 2º Nível, da Gerência de Governança Hospitalar I, da Secretaria Municipal de Saúde, com ônus para a origem, bem como convalida todos os atos e procedimentos atinentes à cessão da servidora, praticados no período de 19/06/2017 até a data de publicação do Convênio. Prazo: até 31/12/2020  
Valor: R\$ 18.344,58 mensais  
Extrato Rescisão de Convênio nº 001/2017  
Cedente: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Cessionário: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte  
Objeto: Rescinde o convênio, a partir 1/9/2017  
Extrato Rescisão de Convênio nº 006/2017  
Cedente: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Cessionário: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte  
Objeto: Rescinde o convênio, a partir 1/9/2017  
Extrato Rescisão de Convênio nº 009/2017  
Cedente: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Cessionário: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte  
Objeto: Rescinde o convênio, a partir 1/9/2017  
Extrato de Convênio nº 010/2017  
Cedente: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Cessionário: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte  
Objeto: Cessão do servidor Diogo Sie Carneiro Lima, MASP 1107767-4, EPPGG, para ocupar cargo em comissão na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com ônus para o cedente, mediante reembolso pelo cessionário, bem como convalida todos os atos e procedimentos atinentes à cessão do servidor, praticados no período de 1/9/2017 até a data de publicação do Convênio.  
Prazo: até 31/12/2020  
Valor: R\$ 8.761,50 mensais

Extrato de Convênio nº 011/2017  
Cedente: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Cessionário: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte  
Objeto: Cessão do servidor Filipe Galgani Gomes, MASP 1127892-6, EPPGG, para ocupar cargo em comissão na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com ônus para o cedente, mediante reembolso pelo cessionário, bem como convalida todos os atos e procedimentos atinentes à cessão do servidor, praticados no período de 1/9/2017 até a data de publicação do Convênio.  
Prazo: até 31/12/2020  
Valor: R\$ 16.422,95 mensais  
Extrato de Convênio nº 013/2017  
Cedente: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Cessionário: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte  
Objeto: Cessão do servidor Luis Otávio Milagres de Assis, MASP 1107801-1, EPPGG, para ocupar cargo em comissão na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com ônus para o cedente, mediante reembolso pelo cessionário, bem como convalida todos os atos e procedimentos atinentes à cessão do servidor, praticados no período de 1/9/2017 até a data de publicação do Convênio.  
Prazo: até 31/12/2020  
Valor: R\$ 18.037,23 mensais

Extrato de Convênio nº 012/2017  
Cedente: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Cessionário: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte  
Objeto: Cessão do servidor Luis Otávio Milagres de Assis, MASP 1107801-1, EPPGG, para ocupar cargo em comissão na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com ônus para o cedente, mediante reembolso pelo cessionário, bem como convalida todos os atos e procedimentos atinentes à cessão do servidor, praticados no período de 1/9/2017 até a data de publicação do Convênio.  
Prazo: até 31/12/2020  
Valor: R\$ 16.422,95 mensais  
Extrato de Convênio nº 013/2017  
Cedente: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Cessionário: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte  
Objeto: Cessão da servidora Rosana Carvalho Pacheco, MASP 1160201-8, EPPGG, para ocupar cargo em comissão na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com ônus para o cedente, mediante reembolso pelo cessionário, bem como convalida todos os atos e procedimentos atinentes à cessão do servidor, praticados no período de 1/9/2017 até a data de publicação do Convênio.  
Prazo: até 31/12/2020  
Valor: R\$ 18.344,58 mensais

**20 cm -28 1045447 - 1**

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 9129789/2016-INF.3122 (Processo de Compra: 1501560 85/2016). Partes: SEPLAG e a PRODEMG. Objeto: Prorrogação de vigência, reajuste contratual no item hospedagem em sistemas mainframe e em ambiente dedicado; acréscimo 2,12 % nos serviços Hospedagem em ambiente dedicado e compartilhado e alteração de cláusulas. Vigência: 12 meses, 31.12.2017 a 30.12.2018. Valor: R\$10.517.218,48. Dotação Orçamentária: 1941 04 122 219 2156 0001 339039 36 0 10 1 e outra. Assinam: Dagmar Maria Pereira Soares Dutra, pela SEPLAG; Gilberto Rosário de Lacerda e Gustavo Daniel Prado, pela PRODEMG.

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 9049693/2015 (Processo de Compra: 1501558 433/2015). Processo SEI: 1500.01.000301/2017-47. Partes: SEPLAG e ASSPROM. Objeto: Prorrogação de vigência, sem alteração de valores. Vigência: 12 meses, 01.01.2018 a 31.12.2018. Valor: R\$5.481.255,75. Dotação Orçamentária: 1501 04 122 172 2099 0001 339037 02 0 10 1 e outra. Assinam: Dagmar Maria Pereira Soares Dutra, pela SEPLAG; Carlos Augusto de Araújo Cateb, Cristiane Natálio Borges Abate Soares e Rosânia Alves Teles, pela ASSPROM.

**4 cm -28 1045388 - 1**

## MINAS GERAIS - CADERNO 1

## COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o Pregão Eletrônico nº 066/2017, Processo nº 5141001-270/2017, para aquisição de 20 (vinte) licenças de uso perpétuo do software CA Service Management Service Desk Manager Package, na modalidade usuário concorrente, incluindo os serviços de suporte técnico e atualização de versões pelo período de até 21 meses, conforme Ata de Pregão do dia 22 de dezembro de 2017, e declaro vencedora do certame a empresa CA Programas de Computador, Participações e Serviços Ltda – CNPJ: 08.469.511/0001-69, no valor de R\$ R\$ 199.999,92 (cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos). Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2017. Gilberto Rosário de Lacerda – Diretor de Gestão Empresarial respondendo pela Diretoria de Infraestrutura e Produção Paulo de Moura Ramos – Diretor Presidente – Presidência.

**4 cm -28 1045484 - 1**

Extrato do Termo de Cooperação nº s/nº firmado em 12/12/2017 entre o CENTRO DE ESTUDOS CINEMATOGRAFICOS DE MINAS GERAIS e o INSTITUTO HUMBERTO MOURA e a PRODEMG. Objeto:cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos e experiência-Vigência: 24 meses.  
Extrato do Termo Aditivo do Termo de Cooperação nº s/nº firmado em 12/12/2017 entre o CENTRO DE ESTUDOS CINEMATOGRAFICOS DE MINAS GERAIS e o INSTITUTO HUMBERTO MOURA e a PRODEMG. Objeto:especificação das responsabilidades e contrapartidas.  
Extrato do Termo de Cessão de Uso Gratuito de Bem nº s/nº firmado em 12/12/20017 entre o CENTRO DE ESTUDOS CINEMATOGRAFICOS DE MINAS GERAIS e o INSTITUTO HUMBERTO MOURA e a PRODEMG. Objeto:empréstimo gratuito do bem de propriedade do CEC-Vigência: 24 meses.  
Extrato do Contrato nº PS 851/17 firmado em 27/12/2017 entre a SQUADRA e a PRODEMG. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços presenciais e não presenciais em regime de fábrica de software de desenvolvimento, manutenção, testes, sustentação, documentação e preparação de ambientes de treinamento de sistema de informação- Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico 017/2016/SEGES e Ata de Registro de Preços 011/2016/SEGES Valor total: R\$ 6.648.900,00. Vigência: 12 meses.  
Extrato do Termo Aditivo nº DM216/16-01 firmado em 22/12/2017 entre a IT-ONE e a PRODEMG. Objeto: prorrogação da vigência, alteração part number e acréscimo de 25%.

**6 cm -28 1045397 - 1**

## FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Contratada: Verdam FJP/PJ 298/17. Objeto: Serviço de poda de 26 árvores localizadas na Fundação João Pinheiro, campus Pampulha, com recolhimento dos galhos e descarte. Ref: PE 138/17, Lei 14.167/02, Decreto 44.786/08, LF 8.666/93 e NJ/PJ - 343/17. Valor: R\$ 8.320,00. Vigência: 12 meses. DO: 2061 04 122 701 2002 1 3390 3999 0 60/10. Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2017.

**2 cm -28 1045296 - 1**

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AVISO  
Fica sem efeito a publicação realizada no “Minas Gerais” do dia 28/12/2017, relativa à licitação Pregão Eletrônico nº 2012194.058/2017, cujo objeto é contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva, com o fornecimento de peças, em mesas cirúrgicas da marca BARRFAB, pertencentes ao IPSEMG e alocadas no Bloco Cirúrgico do Hospital Governador Israel Pinheiro/ HGIP, mediante execução de tarefa única, então marcada para acontecer no



Secretaria de Estado de Turismo;  
Secretaria de Estado de Cidades e Integração Regional;  
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais;  
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.  
Companhia Energética de Minas Gerais;  
Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais.

§ 1º A Advocacia Geral do Estado – AGE terá assento neste Grupo Coordenador, a fim de orientar juridicamente as decisões do Grupo.

§ 2º Desde que autorizados pelo Grupo de Coordenação, poderão ser convidados outros representantes de órgãos ou entidades do Governo Estadual ou da sociedade civil para participarem das reuniões, sem direito a voto, a fim de contribuírem no esclarecimento e apreciação de matérias atinentes às Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

§ 3º A participação no Grupo de Coordenação não enseja qualquer tipo de remuneração ou subsídios para seus membros.

CAPÍTULO III

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 3º O Grupo de Coordenação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável se reunirá, obrigatoriamente, quinzenalmente, mediante convocação do Coordenador.

§1º Terão direito a voz todos os membros e convidados do Grupo de Coordenação.

§2º Terão direito a voto os membros titulares de cada órgão ou entidade estadual.

§3º O quórum necessário para instauração da reunião será a maioria absoluta dos membros do Grupo de Coordenação, sendo imprescindível a presença do coordenador.

§4º O quórum necessário para as deliberações será a maioria simples dos membros do Grupo de Coordenação presentes.

§5º As reuniões ordinárias serão agendadas com, no mínimo, 72 horas de antecedência.

§6º Ocorrerá reunião extraordinária sempre que houver matéria urgente a ser examinada, sendo discutidos assuntos que determinaram a sua convocação.

§7º A convocação extraordinária poderá ser realizada pelo Coordenador do Grupo de Coordenação ou pela maioria dos membros do Grupo.

§8º O comparecimento dos membros do Grupo de Coordenação nas reuniões será comprovado pela assinatura em documento próprio para este fim.

Art. 4º Poderão ser agendadas reuniões em conjunto com outros Grupos de Coordenação sempre que se vislumbra a possibilidade de parcerias para consecução das políticas públicas ou a necessidade de assessoramento em assuntos específicos.

Art. 5º - Para o desenvolvimento das atividades do Grupo de Coordenação poderão ser organizados Grupos de Trabalho, de modo a operacionalizar demandas específicas.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES

Art. 6º Ao Grupo de Coordenação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado de Minas Gerais compete:

Subsidiar as decisões estratégicas de governo;  
Elaborar estudos e relatórios relativos às áreas relacionadas à indústria, comércio, serviços, meio ambiente, turismo, inovação e recursos hídricos;

Propor as diretrizes a serem implementadas pela administração pública do Poder Executivo no âmbito das políticas públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

Garantir a integração entre as ações governamentais, bem como a atuação do Estado de forma regionalizada;

Propor alternativas para o desenvolvimento social e econômico;  
Zelar pela responsabilidade na gestão fiscal e orçamentário-financeira;  
Subsidiar as reuniões da Coordenação Geral dos Grupos Setoriais e dar execução às diretrizes emanadas desse para efetivação da estratégia governamental

Impulsionar e acompanhar as políticas executadas na temática de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

Propor metas e diretrizes setoriais para as áreas relacionadas à indústria, comércio, serviços, meio ambiente, turismo, inovação e recursos hídricos, juntamente com a Coordenação Geral dos Grupos Setoriais, segundo disposto no capítulo IV da Lei nº 22.257/2016, que institui o Pacto pelo Cidadão;

Determinar a relevância da atividade ou do empreendimento para a proteção ou reabilitação do meio ambiente ou para o desenvolvimento social e econômico do Estado, nos termos do inciso I do art. 24 e no art. 25, da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016;

Resolver, por meio de Deliberação, quando se tratar de estabelecimento de orientações gerais para elaboração e revisão das normas regulamentares do Grupo de Coordenação.

Art. 7º O Grupo de Coordenação deverá adotar as seguintes diretrizes estratégicas para a consecução de sua finalidade e atribuições:  
Estimular a atuação em parceria entre as esferas governamentais e não governamentais, como modo de fortalecer e envolver a rede social existente e impulsionar a execução das políticas públicas nas áreas relacionadas à indústria, comércio, serviços, meio ambiente, turismo, inovação e recursos hídricos;  
Desenvolver e fortalecer metodologias com foco na eficiência da gestão e qualidade do gasto público para a consecução e promoção das políticas públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Seção I

Das atribuições do Coordenador

Art. 8º São atribuições do Coordenador do Grupo de Coordenação de Desenvolvimento Econômico Sustentável:

Representar os demais membros do Grupo de Coordenação junto à Coordenação Geral dos Grupos Setoriais, presidido pelo Governador do Estado;

Definir datas e pautas para as reuniões, convocar, abrir, presidir, suspender, prorrogar e encerrar as reuniões e resolver questões de ordem; Parágrafo único. O Coordenador do Grupo de Coordenação poderá delegar a presidência das reuniões a outro membro do Grupo, caso não seja possível sua participação.

Solicitar esclarecimentos que lhe forem úteis à melhor apreciação dos assuntos em pauta;

Submeter ao debate e à votação as matérias a serem deliberadas, apurando os votos e proclamando os resultados;

Decidir em caso de empate, utilizando o voto de qualidade;

Autorizar a presença nas reuniões de pessoas que possam contribuir para os trabalhos do Grupo de Coordenação;

Assinar os documentos, as atas das reuniões e as proposições do Grupo de Coordenação;

Indicar membros para realizações de estudos, levantamentos, investigações e emissão de pareceres necessários à consecução da finalidade do Grupo de Coordenação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável, bem como relatores das matérias a serem apreciadas;

Requisitar informações e diligências necessárias à execução das atividades do Grupo de Coordenação;

Propor, normas complementares relativas ao seu bom funcionamento e à ordem dos trabalhos, bem como atos administrativos, em vista de circunstâncias de urgência, ficando o tema obrigatoriamente inscrito na pauta da próxima reunião.

Seção II

Das atribuições dos demais membros

Art. 9º São atribuições dos demais membros:

Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do Grupo de Coordenação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

Analisar, discutir e votar as matérias em discussão;

Realizar estudos e pesquisas, apresentar proposições, apreciar, emitir pareceres e relatar as matérias que lhe forem submetidas;

Sugerir normas e procedimentos necessários ao bom funcionamento das atividades do Grupo de Coordenação;

Propor e requerer esclarecimentos que lhes forem úteis à melhor apreciação da matéria em pauta;  
Indicar técnicos ou representantes de sua unidade administrativa ou de outros órgãos e entidades vinculadas, que possam contribuir para esclarecimentos e subsídios sobre matérias constantes da pauta ou desenvolvimento das atividades do Grupo de Coordenação;  
Fazer cumprir, em suas respectivas unidades, as decisões e diretrizes emanadas pelo Grupo de Coordenação;  
Propor a inclusão de matérias na pauta das reuniões;  
Comunicar ao Coordenador, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a impossibilidade do seu comparecimento à reunião;  
Indicar projetos para análise e deliberação de relevância para fins de aplicação da lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Este regimento poderá ser revisto por solicitação de no mínimo 2/3 (dois terços) do quantitativo total de seus membros.

Art. 12. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão resolvidos pelo Coordenador do Grupo de Coordenação de Desenvolvimento Econômico Sustentável ad referendum do grupo.

Art. 13. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, revogando-se todas as disposições em contrário.

25 1090163 - 1

DELIBERAÇÃO GCPPDES Nº 4, DE 6 DE ABRIL DE 2018.

Altera a Deliberação nº 1, de 27 de março de 2017, que estabelece os critérios e procedimentos para determinação da relevância de atividades e empreendimentos privados, nos termos do disposto no art. 24 da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016.

O GRUPO DE COORDENAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – GCPPDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos arts. 6º e 7º da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, e tendo em vista o disposto nos arts. 24 e 25 da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016,

DELIBERA:

Art. 1º A Deliberação GCPPDES Nº 1, de 27 de março de 2017, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 2º-B Os empreendimentos com relevância para o desenvolvimento do setor imobiliário do Estado serão identificados pela Câmara Intersetorial de Acompanhamento de Empreendimentos e Obras da Construção Civil e Infraestrutura e pelos membros do GCPPDES. § 1º Serão considerados empreendimentos privados do setor imobiliário relevantes para deliberação do GCPPDES aqueles de interesse social e/ou com mais de 500 unidades habitacionais ou números de lotes.

§ 2º Caberá à Câmara Intersetorial de Acompanhamento de Empreendimentos e Obras da Construção Civil e Infraestrutura, instituída pelo Decreto nº 46.963 de 2 de março de 2016, analisar previamente os empreendimentos e encaminhar a demanda ao GCPPDES, com nota técnica, para deliberação.

Art. 2º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

25 1090165 - 1

## Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### Expediente

RESOLUÇÃO SEAPA Nº 09 de 20 de Abril de 2018.

ALTERA A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES DA RESOLUÇÃO Nº 001 DE 25 DE JANEIRO DE 2018, PUBLICADA NO MINAS GERAIS DE 26 DE JANEIRO DE 2018 E RENOVA O PRAZO DA COMISSÃO.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições que lhes conferem o inciso III do § 1º e § 4º do artigo 93 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 22.257, de 27 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 47.144, de 25 de janeiro de 2017, na Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e na Portaria nº 001/2018, de 25 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - O art. 2º da Resolução nº 001 de 25 de janeiro de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Ficam designados para compor a Comissão Processante, os servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

I – Gilberto Augusto Silva Caldeira Brant – MASP: 1.018.343-2;

II – Juliana Pereira da Cunha – MASP 1.390.041-0;

III – Ana Beatriz Silva, MASP 1.459.016-0;”

Art. 2º - Renova o prazo para a Comissão em 60 (sessenta) dias a partir da publicação.

Art. 3º - Revoga o art. 2º e mantidas as demais disposições da Resolução nº 001, de 2018.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Belo Horizonte, aos 20 dias do mês de abril de 2018.

Amarildo José Brumano Kalil  
Secretário Adjunto de Estado de Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento.

25 1090322 - 1

## Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

### Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário

Diretor-Geral: Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso

LICENÇA À GESTANTE- ATO Nº 01/2018

CONCEDE LICENÇA À GESTANTE nos termos do inciso XVIII do art.7º da CF/1988, por 120 dias, com prorrogação por mais 60 dias conforme Lei nº 18879 de 27/05/2010, à servidora DIANA MANRIQUE CANUTO, MASP 1371718-6, adm. 01, GRAESIB, a partir de 09/04/2018.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2018.  
SAMIR CARVALHO MOYSES  
Gerente de Planejamento, Gestão e Finanças

25 1090297 - 1

## Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço

PUBLICAÇÃO DE PORTARIA

PORTARIA Nº 001/2018, DE 25 ABRIL DE 2018.

Estabelece a delegação de funções do Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço, relativamente ao ordenamento de despesas da Autarquia ao Diretor de Inovação e Logística.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO AÇO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, especialmente as conferidas pelo art. 8º, I do Decreto Estadual nº 46.027 e, considerando os art. 21 e 22 do Decreto Estadual nº 37.924 de 1996, pelo qual se permite o Ordenador de Despesas realizar a delegação de suas funções, resolve:

Art. 1º Ficam delegadas ao Diretor de Inovação e Logística, LUCIANO MACHADO DE SOUZA, MASP: M-1.394.112-5, nos termos do art. 22 do Decreto Estadual 37.924/1996, os atos de ordenação de despesas e demais atos administrativos de previsão, realização e pagamento de despesas, nos impedimentos legais e eventuais do Diretor- Geral da ARMVA.

Art. 2º Esta Portaria, para efeitos legais, passa a ser válida na data de sua publicação.

Ipatinga, 25 de abril de 2018.

Carlos Henrique de Melo Mafra  
DIRETOR GERAL AGÊNCIA RMVA  
M-1.394.010-1

25 1090242 - 1

## Secretaria de Estado de Cultura

Secretário: Angelo Oswaldo de Araújo Santos

### Expediente

RESOLUÇÃO Nº 114 DE 24 DE ABRIL DE 2018

Constitui a comissão de monitoramento e avaliação destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais com as organizações da sociedade civil.

O Secretário de Estado de Cultura, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso III do § 1º do artigo 93 da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal 13.019 de 31 de junho de 2014, e no inciso XV do art. 2º do Decreto nº 47.132 de 20 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art 1º. Fica constituída a comissão de monitoramento e avaliação para monitorar e avaliar o conjunto das parcerias celebradas pela Secretaria de Estado de Cultura com as organizações da sociedade civil – nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, e do Decreto nº 47.132 de 20 de janeiro de 2017.

Art 2º. A comissão de monitoramento e avaliação será composta por:

I – Membros titulares:

a) Marianna Reis Victoria – MASP: 752.951-4, desempenhando a função de presidente;

b)Aparecida Barbosa da Costa – MASP: 366.547-8; e

c)Lindomar José Gomes da Silva – MASP: 359.118-7.

II – Membros suplentes:

a)Marcus Vinicius Silveira Borges – MASP:1.436.841-9 e

b)Alessandra Aline Vaz Moreira Nunes – MASP: 1.158.519-7.

§ 1º - Os membros deverão participar de todas as reuniões da comissão de monitoramento e avaliação.

§ 2º - As reuniões da comissão de monitoramento e avaliação ocorrerão semestralmente.

§ 3º - O membro da comissão de monitoramento e avaliação deverá se declarar formalmente impedido, caso tenha:

I – participado da comissão de seleção de parceria a ser monitorada e avaliada; ou

II – mantido relação jurídica, nos últimos cinco anos, com a organização da sociedade civil parceira, tais como:

a)Ser ou ter sido associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou trabalhadores da OSC parceira;

b)Ser conjugue ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, do dirigente da OSC parceira;

c)Ter recebido, como beneficiário, os serviços da OSC parceira;

d)Ter efetuado doações para a OSC parceira;

e)Ter interesse direto ou indireto na parceria e;

f)Ter amizade íntima ou inimizade notória com o dirigente da OSC parceira.

§ 4º - Na ausência ou impedimento de membro titular, o membro suplente deverá assumir todas as atribuições do titular ausente ou impedido, devendo os documentos da substituição serem anexados aos autos da parceria.

§ 5º - A comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

Art 3º. Compete à comissão de monitoramento e avaliação, nos termos do art. 61 do Decreto nº 47.132 de 2017:

I – verificar o resultado da parceria, por meio da análise quantitativa do instrumento celebrado, da parceria vigente, do relatório de monitoramento e da prestação de contas anual apresentada pela OSC parceira;

II – propor o aprimoramento dos procedimentos, a padronização de objetos, custos e parâmetros;

III – produzir entendimento voltado à priorização do controle de resultados; e

IV – homologar o relatório técnico de monitoramento e avaliação elaborado pelo gestor da parceria no prazo previsto na legislação.

Parágrafo único – A análise de que trata o inciso I considerará, quando houver, os relatórios de visita técnica in loco e os resultados de pesquisas de satisfação.

Art 4º. A comissão de monitoramento e avaliação monitorará os Termos de Fomento celebrados a partir de 2017.

Art 5º. Esta Resolução revoga expressamente a Resolução nº 21/2018, de 21 de fevereiro de 2018, e entra em vigor na data de sua publicação.

Angelo Oswaldo de Araujo Santos

Secretário de Estado de Cultura

RESOLUÇÃO Nº 117 DE 24 DE ABRIL DE 2018

Designa o gestor para gerir parceria celebrada pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais com a Fundação da Graça de Deus – FUNGRAÇA.

Objeto: Reforma, Contratação de Serviços e Aquisição de Bens  
Valor: R\$ 1.079.493,23

Termo de Fomento nº 1271001806/2017

Em atendimento ao disposto no artigo 61 e seguintes da Lei Federal nº 13.019/2014, fica designado o servidor abaixo especificado para gerir o Acordo de Cooperação referenciado neste documento.

O gestor deverá:

I – acompanhar e fiscalizar a execução do Acordo de Cooperação;

II – informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas do Acordo de Cooperação e de indícios de irregularidades na gestão de recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III- emitir parecer técnico conclusivo da análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59;

IV – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

V – informar ao administrador público eventual inexecução do objeto por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, para que o atendimento de serviços essenciais seja assegurado.

Gestor: Cesária Alice Macedo – MASP: 1.122.938-2

Angelo Oswaldo de Araujo Santos  
Secretário de Estado de Cultura

25 1089924 - 1

## MINAS GERAIS

Diário Oficial dos Poderes do Estado

Criado em 06/11/1891

Governo do Estado de Minas Gerais

GOVERNADOR  
FERNANDO DAMATA PIMENTEL

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CASA CIVIL  
E DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS  
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA

SUBSECRETÁRIO DE IMPRENSA OFICIAL  
TANCREDO ANTÔNIO NAVES

SUPERINTENDENTE DE REDAÇÃO E EDITORAÇÃO  
HENRIQUE ANTÔNIO GODOY

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO DE SERVIÇOS  
GUILHERME MACHADO SILVEIRA

DIRETORA DE PRODUÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL  
ROSANA VASCONCELLOS FORTES ARAÚJO

SUBSECRETARIA DE IMPRENSA OFICIAL  
Cidade Administrativa - Palácio Tiradentes  
Rod. Papa João Paulo II, 4001, 2º andar , Serra Verde  
CEP: 31630-901 - Belo Horizonte / MG

Atendimento Geral  
(31)3916-7098 / (31)3916-7047 / (31)3915-0092  
E-mail: atendimento@casacivil.mg.gov.br

Assinatura de Jornal  
E-mail: assinatura@casacivil.mg.gov.br

Contrato de Publicação  
E-mail: atendimento@casacivil.mg.gov.br

Cancelamento de Publicação  
E-mail: diario@casacivil.mg.gov.br

Página eletrônica: www.iof.mg.gov.br